

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS - CEPAN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

HECTOR AUGUSTUS SANTIAGO EDER

**DINÂMICA DAS FAMÍLIAS, POPULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA RENDA
AGRÍCOLA POR PARTE DOS GRUPOS OCUPACIONAIS FAMILIARES NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS 2000**

**Porto Alegre
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS - CEPAN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

HECTOR AUGUSTUS SANTIAGO EDER

**DINÂMICA DAS FAMÍLIAS, POPULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA RENDA
AGRÍCOLA POR PARTE DOS GRUPOS OCUPACIONAIS FAMILIARES NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS 2000**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza.

Co-orientador: Prof. Jean Philippe Palma Revillion

**Porto Alegre
2014**

CIP - Catalogação na Publicação

AUGUSTUS SANTIAGO EDER, HECTOR
DINÂMICA DAS FAMÍLIAS, POPULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA
RENDA AGRÍCOLA POR PARTE DOS GRUPOS OCUPACIONAIS
FAMILIARES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS
2000 / HECTOR AUGUSTUS SANTIAGO EDER. -- 2014.
83 f.

Orientador: Marcelino de Souza.
Coorientador: Jean Philippe Palma Revillion.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em
Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios,
Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. renda agrícola. 2. famílias agrícolas. 3.
agricultura familiar. 4. , apropriação da renda. I.
de Souza, Marcelino , orient. II. Philippe Palma
Revillion, Jean, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

HECTOR AUGUSTUS SANTIAGO EDER

**DINÂMICA DAS FAMÍLIAS, POPULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA RENDA
AGRÍCOLA POR PARTE DOS GRUPOS OCUPACIONAIS FAMILIARES NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS 2000**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Agronegócio.

Data de Aprovação ____ de _____ de _____

Prof. Dr. Edson Talamini – UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil - UFRGS

Dr. Décio Souza Cotrim – ASCAR/EMATER - RS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de demonstrar a minha gratidão aos meus pais, Heitor Eder e Elen Santiago, por terem me proporcionado plenas condições de acesso a uma boa educação, e por quem eu cultivo uma profunda admiração. Além disso, sempre estiveram ao meu lado em todas as situações. Reconheço e sou muito grato por tudo.

O meu sincero reconhecimento à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A casa que me abriga desde o ano de 2001, onde ingressei no curso de Geologia, passando pela graduação em Agronomia, até o mestrado em Agronegócio pelo CEPAN, e que me proporcionou um ensino gratuito e de excelência.

Ao meu orientador Marcelino de Souza, que sempre se manteve plenamente disponível na condução da orientação, e acima de tudo por ser uma pessoa amigável e de fino trato.

Ao professor Jean Philippe Palma Revillion, por ter aceitado o desafio de ser meu co-orientador no curso de mestrado.

Ao Carlos Alves Nascimento, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que cordialmente disponibilizou os dados utilizados nesta pesquisa, e que possibilitou que este trabalho se torne uma complementação do projeto original, que é de sua autoria.

Ao gerente da Unidade de Negócios Rurais do banco Bannrisul, Anoar Tomazzi, com quem eu tive o prazer de trabalhar e que sempre foi tolerante com as minhas conciliações de horários entre o trabalho e a vida acadêmica.

Ao professor Paulo Dabdab Waquil, pelas suas importantes contribuições e sugestões após a defesa da dissertação até a elaboração da versão final deste trabalho.

A Mônica Rabuske Hendges, ex-colega de trabalho, por todos os aconselhamentos e ensinamentos no início desta etapa.

Estendo os meus agradecimentos a aqueles familiares, amigos e colegas de trabalho que de algum modo, mesmo que sutilmente, proporcionaram alguma contribuição positiva.

Muito obrigado!

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre
aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer.

RESUMO

O agronegócio brasileiro ocupa uma posição de elevada relevância na composição da economia brasileira. No caso do Estado do Rio Grande do Sul este aspecto não é diferente. Nos anos que se registram super safras nas lavouras gaúchas, o desempenho da economia do Estado supera a média de crescimento nacional, como nos anos de 2003 e 2007. Vários estudos apontam para a ocorrência de um *boom* no desempenho agrícola latino-americano, com destaque para o sucesso, em termos de produção e produtividade agrícola no Brasil. Este *boom* da agricultura se reflete também no Rio Grande do Sul, indicando que na primeira década dos anos 2000, houve uma elevação da renda total oriunda das diferentes atividades agropecuárias no Estado. Diante desta tendência, este trabalho visa apresentar os resultados de uma pesquisa sobre o comportamento da apropriação da renda agrícola total, considerando os distintos tipos de famílias (empregadores com mais de dois empregados, empregadores com até dois empregados, conta-próprias e assalariados), onde pelo menos um membro da família está ocupado em atividades agrícolas, no Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2001 e 2009. Os dados utilizados são oriundos da base de microdados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na elaboração da presente pesquisa, foi observada a variação da participação de cada um dos grupos familiares na composição da renda agrícola total, e também se fez uma análise da decomposição dos distintos efeitos que determinam as variações do perfil da apropriação da renda agrícola. A análise dos dados obtidos a partir das variáveis observadas indica que o grupo familiar dos empregadores com até dois empregados foi o que mais se diferenciou dos demais, tanto em termos do aumento de participação relativa no número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, quanto em termos de aumento de participação relativa na massa total da renda agrícola e modificações estruturais importantes no universo da agricultura familiar e do rural do Rio Grande do Sul. A explicação apresentada para estas transformações no rural e na apropriação da renda agrícola deve estar ligada ao crescente processo de especialização das atividades agrícolas e de integração intersetorial.

Palavras-chaves: renda agrícola, famílias agrícolas, agricultura familiar, apropriação da renda.

ABSTRACT

Brazilian agribusiness occupies a position of high importance in the composition of the Brazilian economy. In the case of Rio Grande do Sul State this aspect is no different. In years that highly yielding crops are recorded, the performance of the State's economy surpasses the national average growth, as it happened in the years of 2003 and 2007. Several studies point to the occurrence of a boom in the Latin American agricultural performance, highlighting the success in terms of production and agricultural productivity in Brazil. This boom in agriculture is also reflected in Rio Grande do Sul State when in the first decade of 2000 there was an increase in the total income from different farming activities in the State. In the face of this trend, this paper aims to present the results of a survey on the behavior of the appropriation of total agricultural income, considering different types of families (employers with more than two employees, employers with up to two employees, self-employeds and employees), where, at least, one member of the family is developing agricultural activities in Rio Grande do Sul State between 2001 and 2009. The data used are from the microdatabases of the National Research for Sample of Domiciles (PNAD) from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). In the elaboration of the present research, the variation of the participation of each of the family groups in the composition of total agricultural income was observed, and also an analysis of the decomposition of different effects that determine changes in the profile of the appropriation of agricultural income was done. The analysis of the data obtained from the observed variables indicates that the family group of employers with up to two employees was the one that most differed from the others, both in terms of increased relative participation in the number of families and of persons developing agricultural activities, as well as in terms of increased relative participation in the total agricultural income and major structural modifications in the universe of family farming in Rio Grande do Sul. The explanation presented for these transformations in the rural area and in the appropriation of agricultural income must be linked to the growing specialization process of agricultural activities and intersectoral integration.

Keywords: agricultural income, agricultural families, family farming, appropriation of income

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Número de Tratores no Brasil (1950-85) | 20 |
| Tabela 2 - Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul em 2006. | 36 |
| Tabela 3 - Taxas de Crescimento da Agropecuária Gaúcha, do PIB do RS e do PIB do Brasil - 1987 a 2007. | 37 |
| Tabela 4 - Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2002 a 2009 (1.000 pessoas e famílias). | 46 |
| Tabela 5 - Evolução dos tipos de famílias extensas, segundo o local de domicílio (Rural Agropecuário) no Estado do Rio Grande do Sul no período 2002 a 2009. | 50 |
| Tabela 6 - Rendimentos médios do trabalho e rendas médias familiares oriundas de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009. (Em R\$ de set./2009). | 52 |
| Tabela 7 - Composição das Rendas Médias das famílias Extensas: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009 (R\$ set. 2009). | 54 |
| Tabela 8 - Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Rio Grande do Sul, 2002e 2009. | 57 |
| Tabela 9 - Média de anos de estudos das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009. | 59 |
| Tabela 10 - Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos de famílias: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009. | 61 |
| Tabela 11 - Rendimento médio familiar e rendimento médio do trabalho das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos de famílias: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009. (Em R\$ de set./2009). | 63 |
| Tabela 12 - Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos familiares: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009..... | 65 |

LISTA DE GRÁFICO

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Pronaf: valor financiado e número de contratos – Anos Safra 1995/1996 a 2009/2010..... | 29 |
|--|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Classificação das Famílias segundo a Posição na Ocupação e o Ramo de Atividade. | 41 |
|---|----|

LISTA DE ABREVIATURAS

AGF – Aquisição do Governo Federal

BACEN – Banco Central do Brasil

EGF – Empréstimos do Governo Federal

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEE – Fundação de Economia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RS – Rio Grande do Sul

SCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPSS – Statistical Package for Social Science

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 OBJETIVOS..... | 15 |
| 1.1.1 Objetivo Geral | 15 |
| 1.1.2 Objetivos Específicos..... | 16 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA..... | 16 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA | 18 |
| 2.1 MODERNIZAÇÃO E POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA NO BRASIL..... | 18 |
| 2.2 MODERNIZAÇÃO E POLÍTICAS PARA O SETOR AGRÍCOLA NO RIO GRANDE DO SUL..... | 30 |
| 2.2.1 As transformações ocorridas entre 1950 a 2000 | 31 |
| 2.2.2 As transformações e o perfil atual da agricultura no Rio Grande do Sul..... | 34 |
| 3. METODOLOGIA..... | 39 |
| 3.1 FONTES DOS DADOS E INSTRUMENTOS | 39 |
| 3.2 A TIPOLOGIA DE FAMÍLIAS | 40 |
| 3.3 A NOÇÃO DE RURAL E URBANO NAS PNADS..... | 41 |
| 3.4 O MÉTODO ESTATÍSTICO DE DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA APROPRIAÇÃO RELATIVA DA RENDA TOTAL AGRÍCOLA PELOS TIPOS FAMILIARES | 43 |
| 4. ANÁLISE DOS DADOS | 45 |
| 4.1 DINÂMICA DAS FAMÍLIAS, DA POPULAÇÃO E DA APROPRIAÇÃO DAS RENDAS ENTRE OS GRUPOS OCUPACIONAIS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL: ANOS 2000 | 45 |
| 4.2 RESUMOS E CONCLUSÕES..... | 66 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 69 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 71 |
| APÊNDICE A – Tabelas do estudo..... | 76 |

1. INTRODUÇÃO

A agricultura gaúcha passou por um amplo processo de transformações desde a década de 1960, com a adoção de novas tecnologias de produção, e assumiu um perfil voltado ao amplo incremento de produção. Desde então, nos anos seguintes se registraram oscilações entre períodos de crise marcantes entre meados dos anos 1980 e 1990, e a franca recuperação a partir dos anos 2000.

Em meio às transformações ocorridas na agricultura do Rio Grande do Sul, pode-se destacar a reconfiguração do setor e o estreitamento das suas relações com demais setores da economia. A agricultura no Estado do Rio Grande do Sul é historicamente uma atividade de reconhecida importância e está fortemente ligada ao setor agropecuário, e mesmo que o este setor não represente a maior parte da composição do Produto Interno Bruto (PIB) da economia, o seu desempenho interfere diretamente em boa parte dos outros setores da economia gaúcha, por conta da crescente aproximação da agricultura com as demais atividades. No sentido de reforçar a significativa influência do agronegócio gaúcho no PIB estadual, segundo Fochezatto e Grandó (2011), no ano de 2008, caso não tivesse ocorrido o fenômeno da estiagem climática registrada no referido ano, o PIB gaúcho poderia ter sido 2,1 pontos percentuais superior a taxa registrada (3,8%). Aliado a isto, é importante considerar a abrangência da agricultura e pecuária do Rio Grande do Sul no que se refere ao número de pessoas ocupadas nas suas mais diversas atividades.

A formação deste forte complexo agroindustrial é um reflexo desta reconfiguração. Neste sentido, o setor agropecuário situa-se como o elo com uma cadeia que envolve uma série de atores à montante (indústria de máquinas, equipamentos, implementos, insumos, etc.) e à jusante (indústria de processamento de óleos, laticínios, carne, indústria de calçados, etc.). Além disso, o complexo agroindustrial engloba outras importantes atividades, como transportes, serviços e comércio.

Vale destacar que no conjunto destas as alterações do perfil da agricultura gaúcha, a agricultura familiar continua ocupando um espaço de considerável importância no setor agrícola, apesar da sua crescente heterogeneidade econômica e social, sobretudo nos últimos anos. A diversificação dos processos econômicos e sociais locais e regionais conduz a uma heterogeneidade muito grande, tanto nas formas de uso da terra como da ocupação das áreas rurais. Como decorrência, há uma desarticulação de laços tradicionais que apresentavam a agricultura como única fonte de sustentação da produção e geração de renda das famílias, o que possibilita o surgimento de um processo produtivo diversificado e cada vez mais

integrado, que se prolonga desde a produção agrícola tradicional até um conjunto de atividades econômicas relacionadas aos serviços, ao turismo, ao lazer, a proteção ambiental, e aos processos de industrialização da produção agropecuária.

Essas profundas transformações impulsionam alterações importantes na estrutura e na composição das rendas e das ocupações das famílias rurais, dado que com a especialização produtiva muitas das tarefas tradicionais que eram exercidas anteriormente por várias pessoas agora estão sendo realizadas por um número bem menos expressivo, provocando a liberação de mão de obra e possibilitando o ingresso de outras formas de rendas que não estão ligadas às atividades agrícolas.

A título de ilustração, conforme os dados do Censo agropecuário de 2006, em um universo de 441.720 estabelecimentos agropecuários, 378.333 eram propriedades de agricultores familiares (86% do total). Estes números indicam a indiscutível predominância do segmento agrícola familiar no espaço rural gaúcho. O Censo Agropecuário de 2006 indica também a evolução da pluriatividade econômica no meio rural gaúcho. Em 19% (71.036 propriedades rurais) do total dos estabelecimentos rurais, pelo menos um membro da família exerce outra atividade remunerada que não está relacionada às atividades desenvolvidas na propriedade. Este fenômeno ganhou espaço nas últimas décadas e se consolidou como uma fonte de renda de relativa importância na composição dos rendimentos das famílias ocupadas com atividades agrícolas, mostrando uma das faces deste processo de transformação (BRASIL, 2006).

Nos últimos anos tem se observado também uma tendência de aumento da tecnificação nos estabelecimentos rurais. Antigamente os investimentos em tecnologia de produção eram mais comuns nos grandes estabelecimentos agropecuários. No entanto, a crescente dificuldade encontrada pelos pequenos produtores na busca por mão de obra, obriga que estes produtores invistam em tecnologia para facilitar a execução das atividades diárias. Entre as causas deste problema, pode-se apontar o êxodo rural de trabalhadores assalariados e trabalhadores diaristas, e o desinteresse dos jovens em permanecer no campo. Uma consequência imediata é a sobrecarga de trabalho que recai sobre uma parte da população rural que está envelhecendo, fazendo com que o uso de maquinários mais especializados seja amplamente adotado também nas pequenas propriedades, principalmente nas atividades agropecuárias relacionadas à bovinocultura leiteira, avicultura e suinocultura. Esta tendência vem ganhando espaço, por exemplo, na região da Serra Gaúcha, composta majoritariamente por minifúndios com mão de obra familiar, principalmente.

Esta série de transformações e mudanças nas estruturas das classes sociais no campo pode ser interpretada, como sendo parte da continuidade dos processos de modernização agrícola. O modelo de produção agrícola em escala provoca intensas alterações no perfil do setor agrícola, por conta da crescente necessidade de aumento de produtividade, considerando que cada vez é mais crescente a necessidade de que se elevem os níveis de produção, porém sem ampliar consideravelmente as fronteiras agrícolas. De acordo com Waquil e Souza (2014), as novas transformações no setor agrícola foram condicionadas por políticas comerciais, regulação de mercados, apoio diferenciado a agricultura familiar, a infraestrutura no meio rural, logística para o escoamento de produção, comunicações e informação, adequação e regulação das normas de qualidade dos produtos, apoio a diversificação, diferenciação e segmentação de mercados, e apoio às atividades não agrícolas.

Ou seja, diante deste cenário de um conjunto de transformações estruturais da agricultura gaúcha nos últimos anos, onde se evidencia um notável crescimento do produto agrícola na última década, uma forte integração intersetorial, redução da mão de obra, evolução da tecnificação, ampliação das políticas públicas, valorização da agricultura familiar, etc., o que por sua vez pode ter estar vinculado ao crescimento do produto agrícola. Também considerando a metodologia e os resultados desenvolvidos e obtidos por Valdés et al. (2010) e por Nascimento, Maia e Mendes (2012) para o Brasil, esta dissertação analisa quais foram os tipos familiares, com membros ocupados em atividades agrícolas, que mais se destacaram na apropriação da renda agrícola, nesta última década de notável desempenho dos ganhos de produtividade do avanço da modernização agrícola no rural do Estado do Rio Grande do Sul. A análise do perfil da apropriação da renda global agrícola pelos diferentes tipos ocupacionais familiares, compreendeu não apenas uma identificação da variação das distintas participações relativas de cada tipo familiar no total da renda agrícola, mas também uma análise da decomposição dos efeitos responsáveis por aquela variação, conforme está explicitado na seção metodológica desta dissertação de mestrado. Neste sentido, foram definidos os seguintes objetivos (geral e específicos) da pesquisa que são apresentados na sequência deste trabalho.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Investigar a dinâmica da população e da estrutura de composição da participação dos grupos ocupacionais familiares, ocupados em atividades agrícolas, na apropriação da renda do setor no estado do Rio Grande do Sul nos anos 2000.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar a dinâmica populacional e a evolução dos grupos familiares em termos de participação no número de famílias ocupadas em atividades agrícolas e de renda no Estado do Rio Grande do Sul;
- Verificar os efeitos da apropriação da renda (efeito participação, efeito renda e efeito composto) preponderantes para a variação dos rendimentos médios dos tipos familiares;
- Testar se as variáveis “anos de escolaridade” e “propriedade ou não de estabelecimento agropecuário” dos grupos familiares poderiam ser elementos de interferência e explicação na dinâmica da apropriação da renda agrícola.

1.2 JUSTIFICATIVA

É importante informar que este trabalho é uma replicação da pesquisa original do projeto de pesquisa intitulado “A apropriação do aumento da renda agrícola por parte dos grupos ocupacionais familiares nos anos 2000”, projeto que foi aprovado no âmbito do Edital Universal (CNPq Nº 14/20011) e que foi coordenado pelo professor Carlos Alves do Nascimento da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cujo trabalho envolve uma análise dos dados da PNAD em âmbito nacional. Neste sentido, esta dissertação utiliza as tabelas oriundas das tabulações especiais desta pesquisa de forma restrita, ou seja, trata exclusivamente, da análise dos dados do Estado do Rio Grande do Sul nos anos 2000.

Ao longo das consultas às bibliografias relacionadas ao tema desta pesquisa, não foram localizados trabalhos relacionados à temática do perfil da apropriação da renda agrícola, especificamente para o caso do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, surgiu o interesse de se realizar um trabalho de pesquisa focado nesta caracterização.

Na pesquisa realizada por Nascimento, Maia e Mendes (2012), o autor elaborou uma análise acerca do perfil da apropriação da renda agrícola no Brasil, considerando o *boom* do

produto agrícola brasileiro entre 2000 a 2007, sustentando-se na análise de Brandão, Rezende e Marques (2006). Nascimento, Maia e Mendes (2012) identificou que as famílias agrícolas de trabalhadores assalariados foram as que apresentaram o melhor desempenho, tanto no aumento do seu contingente na participação no número total de famílias envolvidas em atividades agrícolas, quanto na apropriação da renda total agrícola. Desta forma, este trabalho verificou como se dá o comportamento no meio rural do Rio Grande do Sul.

O interesse e a relevância do tema devem-se ao fato de que há uma parcela considerável da agricultura familiar aderindo ao uso de tecnologias e práticas modernas, o que invariavelmente culmina na necessidade de acesso ao crédito agrícola. De acordo com a literatura reconhecidamente tradicional de estudos rurais no Brasil (entre os principais autores citam-se: Guimarães (1978), Sorg (1980), da Silva (1982), Rangel (1983), Wanderley (1985) e Thomaz Jr. (2008), tal medida pode implicar em maior endividamento destes agricultores familiares por conta dos custos de produção. Portanto, o estreitamento das relações entre a agricultura familiar com os capitais industrial, agroindustrial, financeiro e mercantil, não é garantia de capitalização, e sim uma tendência ao endividamento e mitigação da possibilidade de capitalização por parte da categoria de agricultores familiares. Diante disto, através desta pesquisa será possível avaliar se o crescimento da renda total agrícola foi apropriado da mesma forma pelas famílias de conta-próprias (geralmente denominados na literatura de agricultores familiares), de empregadores e de assalariados no meio rural do Estado do Rio Grande do Sul nos anos 2000.

Esta dissertação está estruturada, em mais 4 seções além desta seção introdutória. Na sequência será apresentado o capítulo da revisão bibliográfica com autores que trabalharam sobre a temática da pesquisa ou apresentam relação com a mesma, a seção de procedimentos metodológicos, com a fonte de dados, a tipologia das famílias e o instrumental estatístico utilizado para se determinar os perfis de apropriação relativa da renda global agrícola de cada tipo familiar, e a decomposição dos distintos efeitos explicativos da variação desses perfis. Na seção seguinte (resultados e discussão) serão apresentados e analisados os resultados do processamento de dados e sua discussão à luz das referências bibliográficas. Por fim, na última seção são apresentadas as considerações finais obtidas a partir da pesquisa efetuada nesta dissertação. Nesta seção pretendeu-se fornecer uma resposta para a problemática do tema proposto na introdução referindo-se aos objetivos e as hipóteses levantadas e discutidas no estudo. Esse item apresenta as recomendações e/ou sugestões de outras pesquisas na área, bem como as limitações da presente dissertação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo da dissertação será apresentada uma breve revisão sobre as principais transformações ocorridas na agricultura brasileira e do estado do Rio Grande do Sul. Para tal, selecionamos os aspectos relacionados ao processo de modernização da agricultura no Brasil e as políticas agrícolas, enfatizando seus desdobramentos sobre os o desenvolvimento do setor agrícola e do rural.

2.1 MODERNIZAÇÃO E POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA NO BRASIL

A agricultura brasileira pode ser caracterizada por eventos bastante distintos e importantes dos anos 1950 até os dias de hoje.

Na década de 1950, o governo brasileiro investiu fortemente no setor agrícola a fim de fomentar o abastecimento interno, uma vez que havia um diagnóstico de problemas de oferta agrícola. Os centros urbanos estavam em pleno desenvolvimento e a demanda por alimentos acompanhava este processo. Além disso, a agricultura teve um importante papel como fonte de recursos para financiar as importações a fim de alavancar a industrialização nacional, visando à substituição de importações.

Nos anos de 1960, o “pacote tecnológico” conhecido como “Revolução Verde”, intensificou o processo de desenvolvimento agrícola em nível mundial, abrangendo inclusive alguns países subdesenvolvidos. Este “pacote” tinha como premissas básicas, a utilização de cultivares mais produtivas, além do uso irrestrito de insumos considerados modernos nas lavouras e posteriormente na pecuária. Durante este período ganhou força a ideia de que a produtividade das plantas era diretamente proporcional à carga de insumos e defensivos químicos aplicados nos sistemas produtivos. Esta linha de pensamento culminou no intenso crescimento da indústria de fertilizantes sintéticos, que foram sendo amplamente utilizados em substituição aos adubos orgânicos (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990; VEIGA, 1994)

De acordo com Albergoni e Pelaez (2007), este modelo tecnológico estava consolidado nos EUA, após a Segunda Guerra Mundial, sendo em seguida expandido para uma série de países. A difusão deste modelo para os países subdesenvolvidos representou uma oportunidade para o pleno desenvolvimento de empresas produtoras de insumos e defensivos

sintéticos (BEAUD, 1999). O México foi o primeiro país subdesenvolvido a adotar este sistema.

As transformações iniciadas nos anos 1950 foram consagradas nesta década, encadeando a transição de uma agricultura rudimentar, ou seja, da passagem do chamado “complexo rural” para um modelo agrícola mecanizado, ou “complexo agroindustrial”. Conforme Alves e Contini (2005), três fatores foram fundamentais para o processo de desenvolvimento agrícola no Brasil: 1) crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, equipamentos e adubos químicos; 2) ampliação das fronteiras agrícolas no período; 3) investimentos em pesquisa (Fundação da Embrapa – 1973) e investimentos em educação (cursos de graduação e pós graduação em ciências agrárias).

Uma das principais motivações para a aceleração do processo de modernização foi o interesse pela substituição de importações com a internalização do Departamento 1 da agricultura. O intenso processo de industrialização que transcorria no país, exigia que a agricultura se modernizasse, a fim de que o setor agrícola absorvesse máquinas, equipamentos, insumos e defensivos produzidos nos centros urbanos.

O início da década de 1960 foi exitoso quanto ao desenvolvimento da agricultura. No entanto, este processo não foi contínuo e uniforme, já que a reorganização do setor agrícola a partir do estabelecimento do governo militar promoveu uma desaceleração do processo de crescimento do setor agrícola no período entre 1965 a 1967, de acordo com Gonçalves Neto (1997).

Apesar da estabilização do processo de modernização nestes dois anos, o estabelecimento da indústria nacional de tratores evidencia o forte crescimento do setor agrícola no país. Antes de 1959 os tratores eram importados, mas com a criação da indústria nacional de tratores a partir da instalação da Ford, as vendas aumentaram consideravelmente.

A evolução da frota de tratores no Brasil durante o período é um importante indicador das importantes mudanças ocorridas na agricultura brasileira, conforme pode ser evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 - Número de Tratores no Brasil (1950-85)

| Anos | Número de Tratores |
|------|--------------------|
| 1950 | 8.372 |
| 1960 | 61.338 |
| 1970 | 165.870 |
| 1975 | 323.113 |
| 1980 | 527.906 |
| 1985 | 665.280 |

Fonte: FIBGE – Censos Agrícolas do Brasil de 1950 e 1960; Censos Agropecuários do Brasil de 1970, 1975, 1980 e 1985 (TEIXEIRA, 2005).

Também é importante destacar que o uso de adubos químicos e defensivos se expandiu de maneira contundente. Graziano Neto (1985) relata que entre 1965 a 1975 a aplicação de fertilizantes nas lavouras cresceu a uma taxa média anual de 60%, já a utilização dos agrotóxicos cresceu a uma taxa média de 20% ao ano.

Mesmo diante das evidências do intenso crescimento do setor agrícola, considerando a evolução no uso de insumos, fertilizantes e maquinários, não se pode restringir o desenvolvimento da agricultura a estes fatores. É importante relacionar que o acesso a estas melhorias, promoveu incrementos em termos de produtividade, além da ampliação das áreas cultivadas, por conta da mecanização. Mas, existem outros aspectos que merecem ser destacados neste processo.

De acordo com Teixeira (2005), durante os anos 1960, os centros urbanos estavam absorvendo grande parte da população do meio rural, atraída pela expansão do setor industrial. Neste contexto, o setor agrícola era pressionado a se modernizar para que pudesse aumentar a oferta agrícola e favorecer a imigração para os centros urbanos que precisavam de mão de obra e mercado consumidor. O papel do setor agrícola estava além da necessidade de absorver produtos da indústria, pois era necessário produzir mais para atender a demanda de alimentos dos centros urbanos, cada vez mais populosos e fornecer produtos destinados à exportação, para equilibrar a balança comercial do país.

Neste sentido, há que se considerar a participação de empresas internacionais, que pretendiam manter o setor agrícola brasileiro subordinado aos seus interesses. Estas multinacionais defendiam que o setor agrícola deveria se modernizar, sob o argumento de que a urbanização crescente exigiria que o setor agrícola acompanhasse este movimento.

O governo federal foi o principal ator na promoção de medidas que alterassem os padrões da agricultura brasileira nesta época. A principal medida, que favoreceu o processo de

modernização agrícola, foi a ampliação de recursos destinados ao crédito rural, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. De acordo com Rezende (1985), o SNCR teve como característica a flexibilização das restrições externas ao crédito agrícola, oferecendo créditos a prazos, juros e limites bastante favoráveis aos produtores.

Em referência ao crédito rural e sua importância, o agronegócio cresceu 66% nos anos 1970, em decorrência do fornecimento de crédito subsidiado, conforme destacaram Lucena e Souza (2000).

Outro fator de relativa importância, em termos de ganho de produtividade no setor agrícola, foi o amplo desenvolvimento da pesquisa agropecuária. Segundo Alves e Contini (2005), medidas como a profissionalização da pesquisa na área de Ciências Agrárias, criação de cursos de pós graduação, centros de pesquisa da Embrapa pelo país, incentivos para a pesquisa em áreas específicas ou determinados ecossistemas, laboratórios especializados e treinamento de professores em centros de excelência em nível mundial, foram fatores que contribuíram fortemente para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Questões importantes como correção de solos de baixa fertilidade, desenvolvimento de biotecnologias, substituição natural do nitrogênio químico através de espécies fixadoras de nitrogênio no solo, entre outros, foram contempladas a partir do incentivo à pesquisa e treinamento. Isso tudo se refletiu em acréscimo de produtividade na agricultura e na pecuária.

Este processo de modernização da agricultura com seus pacotes tecnológicos deixou um passivo ambiental considerável e seus efeitos começaram a se refletir no fim dos anos 60, nos países mais desenvolvidos da União Europeia. De acordo com Hespanhol (2008), a expansão de monoculturas em ampla escala, aliada à aplicação indiscriminada de fertilizantes químicos e agrotóxicos, promoveram efeitos danosos à qualidade ambiental dos ecossistemas em muitos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Neste sentido, Graziano Neto (1985), argumenta que a modernização da agricultura, neste período, agravou consideravelmente a questão ecológica no campo, por conta da destruição do solo, infestação de pragas e doenças, perda da qualidade e contaminação dos alimentos, do homem, a poluição da natureza. Foi perceptível a preocupação dos autores mediante as consequências do processo inicial de modernização da agricultura no Brasil. Neste contexto, criaram-se circunstâncias bastante opostas, onde o sucesso da organização capitalista da agricultura deu margem a problemas de ordem ambiental e social.

Diante da conflagrada crise do petróleo nos anos 1970, cria-se a ambiciosa proposta do Proálcool. O estabelecimento deste programa promoveu alterações no cenário agrícola

nacional, por conta da ampliação das áreas cultivadas com cana de açúcar, em detrimento a áreas anteriormente utilizadas para a produção de alimentos.

Este período foi marcado pelo processo denominado na literatura de “industrialização da agricultura”, em virtude das necessidades do setor industrial de estreitar ainda mais suas relações com o setor agrícola.

O Estado assume um papel mais ativo neste processo, interferindo nos volumes de produção através de medidas de fiscalização, regulação de preços, estocagem, logística, comercialização, etc. Era crescente a necessidade, por parte do governo, de fazer com que o setor agrícola acompanhasse o desenvolvimento econômico do país.

Muitos debates sobre reforma agrária também estavam presentes em face ao processo de concentração fundiária, com a produção direcionada ao mercado externo e visando a produção de matérias primas (*commodities*) para as indústrias processadoras, em detrimento ao abastecimento do mercado interno (diminuição da produção de alimentos) e uma conseqüente marginalização dos pequenos produtores familiares.

Estas alterações geradas no panorama agrícola nacional fortaleceram uma nova realidade fundiária. As fronteiras agrícolas vão sendo ampliadas muito em função dos esforços de grandes produtores, detentores de propriedades rurais cada vez maiores. Destaca-se a ocupação de áreas na região centro-oeste. Por conseqüência, muitos produtores (basicamente famílias agrícolas) se viram forçados a abandonar a atividade agrícola e se desfazerem de suas terras. Percebe-se então uma aceleração da migração de produtores sem terras para os centros urbanos, que acabam ocupando as periferias das grandes cidades e vivendo marginalizados.

Diante desta nova fase do desenvolvimento agrícola, ocorreram mudanças nas estruturas de trabalho, com a redução do número de agregados e parceiros e a formação da mão de obra assalariada. Grandes propriedades passaram a se configurar como empresas rurais, se organizando de forma complexa e mais bem estruturada. Já os pequenos produtores rurais familiares encontravam-se subordinados as demandas da indústria, ou em regime de produção de subsistência.

Segundo, Teixeira (2005), os pequenos produtores que optaram por permanecer nas zonas rurais, deixam crescentemente de ser produtores rurais, para residir nas periferias das cidades e vender sua força de trabalho no campo, constituindo uma nova categoria, a dos “bóias-frias”.

As diferenças sociais que emergiram no campo dão origem a uma série de problemas. Os conflitos sociais se intensificam, diante da resistência dos pequenos produtores quanto a

esta situação de escassez de oportunidades de viver com qualidade de vida no campo. O fenômeno do êxodo rural se acentua em grande medida, favorecendo o aumento da pobreza, tanto no campo como nas cidades.

Apesar disso, entre os anos 1950 a meados de 1970, o PIB agrícola do país apresentava taxas elevadas de crescimento. Porém no final da década de 1970, a taxa de inflação já superava os 40%, a dívida externa era de aproximadamente 60 bilhões de dólares e o PIB apresentava déficit em relação aos anos anteriores. Conforme Teixeira (2005), o Brasil transitou do “Milagre Brasileiro” para uma profunda crise, que acabou se acentuando a partir de 1980.

O conjunto de processos que movimentaram a agricultura brasileira no caminho da modernização agrícola, mais especificamente no que tange a aproximação do setor agrícola e industrial, promoveu o início do complexo agroindustrial com a internalização do departamento 1 na agricultura. O ponto de partida foi a criação das primeiras agroindústrias, voltadas ao beneficiamento de produtos agrícolas. Com um mercado consumidor, nos centros urbanos, cada vez mais volumoso e exigente, a busca por produtos mais especializados se intensificou e as agroindústrias se estabeleceram a partir desta demanda.

Neste sentido, Muller (1989)(1989, p. 41), propõe a seguinte definição para o termo complexo agroindustrial:

Entenda-se por complexo agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O complexo agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias.

Conforme Batalha (1997), o processo de produção, grosso modo, é composto de três macros segmentos: a indústria, a montante; agricultura e a indústria, a jusante. A montante, a indústria é responsável pela produção e fornecimento de insumos e equipamentos destinados à agricultura. Neste caso, situam-se as empresas fornecedoras das matérias primas iniciais ao processo de produção. Já a indústria de processamento de produtos oriundos da agricultura, está situada a jusante. Este processo compõe o que se entende por industrialização da agricultura.

Marafon (1998), afirma que o termo complexo agroindustrial é utilizado para explicar as relações entre indústria e agricultura. O autor afirma existirem duas vertentes a respeito da formação deste complexo. A primeira está alicerçada nas definições de *agribussines*,

difundida nos Estados Unidos nos anos de 1950, e a segunda vertente de *filière* proposta na França, nos anos 1960.

Esta linha de pensamento está associada à formação de um macro complexo agroindustrial. Este complexo estaria assentado em uma região bem definida, composto por setores ou cadeias de produção bastante interdependentes, capazes de estarem independentes dos demais complexos. Muller (1989) foi quem difundiu o conceito de “Macro Complexo Agroindustrial”.

Na contramão desta proposta, situa-se a ideia de um Micro Complexo Agroindustrial, onde Kageyama et al. (1990) e da Silva (1991; 1998) são responsáveis pelas maiores contribuições. Esta proposição se baseia na transição dos chamados complexos rurais do Brasil colonial para os atuais complexos agroindustriais. De acordo com o que afirmam Kageyama (1990) e da Silva (1998) existem dois tipos de Complexos Agroindustriais: Complexos Agroindustriais Completos e Integrados e Complexos Agroindustriais Completos e Incompletos. O primeiro defende que há uma forte relação com a indústria a montante, pela necessidade de insumos à produção, e uma estreita ligação com a indústria de processamento de matérias primas, a jusante. No caso dos complexos incompletos, estes estão integrados às agroindústrias, mas apresentam uma relação menos importante com a indústria de bens de produção.

Independente das diferentes teorias, o processo de evolução do complexo agroindustrial brasileiro acompanhou a dinâmica da modernização da agricultura ocorrida no país. Passando de uma simples fonte de suprimento das necessidades do mercado interno, para uma composição de grandes cadeias de produção destinadas a diferentes demandas de mercado.

Mas, retomando a análise do desenvolvimento do processo de formação dos complexos agroindustriais no Brasil, na década de 1980 o país enfrentava uma crise econômica bastante contundente, caracterizada por uma instabilidade macroeconômica, acompanhada de consideráveis altas na taxa de inflação e favorecida pela segunda crise do petróleo, em 1979. O governo federal adotou a política de gastos públicos como medida para mitigar a referida crise, restringindo o volume de crédito disponível para a agricultura. A consequência mais imediata foi a redução no volume de contratos de crédito agrícola.

Um efeito imediato desta crise se refletiu nas taxas de juros do crédito rural que apresentavam eram superiores a taxa de inflação. Em consequência desta nova realidade, o crédito agrícola era utilizado basicamente por produtores que possuíam condições de arcar com as despesas, deixando os pequenos produtores familiares a margem da concessão de

crédito. Porém, mesmo com estas restrições creditícias, os volumes de produção aumentaram na década de 80.

Diante desta nova face da participação do governo na política de crédito rural, anteriormente voltada à ampla concessão de recursos, o Estado adotou uma nova postura frente à crise. Os esforços foram direcionados inicialmente para a garantia de preços ao produtor através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). A medida impulsionou o setor agrícola, possibilitando uma considerável evolução nesta década, em termos de produtividade.

O PGPM se estabeleceu como uma bem sucedida ferramenta de comercialização, agregando aos produtores uma maior margem de segurança frente às constantes oscilações de preço, marcantes no período. Desta forma, garantia-se renda mínima a estes produtores, mantendo-os plenamente integrados ao setor.

Segundo Lucena e Souza (2000), este programa foi responsável pelo aumento no volume de produção de grãos no país. Destacaram-se também outras duas políticas do governo, os EGF (Empréstimos do Governo Federal) e AGF (Aquisição do Governo Federal).

Com os EGF o Estado financia, em curto prazo, o transporte e armazenamento da produção, possibilitando que o produtor possa aguardar o melhor momento para comercializar o produto estocado. Já nos AGF, o governo atua através da aquisição da produção dos agricultores pelo preço mínimo estabelecido, formando estoques reguladores de preços.

No entanto, em 1984, com o crescimento da inflação os preços de mercado superaram os preços mínimos, desestabilizando a PGPM. Porém em 1985, com a melhoria do sistema de indexação, os preços mínimos atingiram valores satisfatórios culminando na retomada da adesão a esta política. Nas safras de 1987 e 1988 com os planos econômicos “Bresser” e “Verão”, os preços mínimos foram superados. Mais adiante, com o “Plano Bresser” o sistema de regulação de preços foi reformulado através do regresso da indexação plena.

Apesar da crise vigente, o comércio de fertilizantes e máquinas agrícolas se manteve aquecido. Conforme apontou Rezende (1985), o consumo de adubos químicos cresceu 20% ao ano, passando de 300 mil toneladas no ano de 1965 para 4 milhões de toneladas em 1980. Entre os anos de 1984 a 1987, a comercialização de máquinas agrícolas evoluiu consideravelmente. Mesmo com a restrição creditícia nesta década, o crescimento se explica pela ampliação da área total cultivada no país.

Mesmo diante da crise macroeconômica que atingia o país, o governo priorizou o apoio e o desenvolvimento setor agrícola, sabendo que este tinha uma considerável importância no cenário econômico do país.

De acordo com Homem de Melo (1990), no período de 1980 a 1989, houve uma taxa de crescimento importante no setor agrícola na ordem de 3,65% ao ano, relativo a dezesseis grandes culturas: algodão, amendoim, arroz, batata, cacau, café, cebola, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho e tomate. As culturas voltadas à exportação (algodão, amendoim, cacau, batata, arroz, café, cana, soja, fumo, laranja e mamona) apresentaram um crescimento anual ainda maior, com um índice de 4,51%. Já para os produtos de origem animal a taxa de crescimento foi de 3,43% ao ano.

Entre o período de 1985 a 1989, Lucena e Souza (2000) destacam os ganhos em termos de produtividade para as principais culturas, medido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Os altos índices de crescimento foram registrados para os seguintes produtos agrícolas: arroz: 39%; milho, 38%; soja, 26%; trigo, 21%; algodão, 8% e feijão, 5%. Destaca-se que a média de incremento de produtividades para estas culturas foi de 29%.

A década de 1990 foi marcada por uma forte instabilidade macroeconômica, que afetou diretamente o setor agrícola. Este período teve como importante característica o interesse do governo em reformular as políticas tradicionais de crédito agrícola, e incentivar o estabelecimento de novas fontes de financiamento.

Uma das ferramentas adotadas pelo governo foi o Sistema de equivalência-produto no crédito rural. Lucena e Souza (Agr. 1980 a 98) (2000) descrevem o programa de equivalência-produto da seguinte maneira:

Este sistema surgiu, portanto, para viabilizar o pagamento dos empréstimos concedidos. No ato da realização do empréstimo, deve-se calcular a quantidade de unidades equivalentes do produto financiado, dividindo-se o valor total do financiamento, acrescido das despesas (inclusive juros), pelo preço mínimo vigente. No vencimento do empréstimo, fica facultada ao tomador a liquidação de seu débito mediante entrega de documento representativo da estocagem do produto na quantidade devida. Para os mini e pequenos produtores era feita então uma AGF direta, para os demais, realizava-se um EGF-COV (com opção de venda ao Governo Federal). Este procedimento foi estabelecido pela equivalência produto, complementada pelo Decreto n. 235, de 23/10/1991.

No entanto, esta política estava restrita ao custeio de poucas culturas agrícolas. As culturas que foram contempladas neste sistema foram: algodão, feijão, milho, mandioca, trigo e arroz.

Outro marco importante foi à adoção da política de negociação de produtos no mercado futuro. Este sistema previne o produtor quanto à oscilação de preços dos produtos agrícolas. As negociações são realizadas na bolsa de valores e de mercadorias (*commodities*).

Em referência ao interesse do governo em reformular o sistema de concessão de crédito, esta foi uma tendência já iniciada nos anos 1980, onde as políticas públicas obedeciam às regras de mercado e isto se intensificou na década de 1990. De acordo com Campos e Paula (2002), a valorização cambial comprometeu consideravelmente o cenário agrícola, já que afetou negativamente as exportações de produtos agrícolas. Isto também se refletiu nos produtos voltados ao abastecimento do mercado interno, já que com a abertura do País às importações de alimentos processados, os produtores agrícolas estavam cada vez mais expostos a concorrência dos produtos estrangeiros.

Segundo, Lucena e Souza (2000), em meio a uma forte elevação da taxa de inflação, o governo implantou o “Plano Real”. No entanto, o plano acarretou uma queda de 40% nos preços de produtos agrícolas, como: soja, milho, algodão, leite e frango. Em vista dessa situação desfavorável, o governo compensou estes produtores, pela valorização da moeda, através de políticas direcionadas ao crédito agrícola e política de preços mínimos.

Embora se enfatize essa situação adversa ao setor agrícola, a sua participação relativa no PIB nacional foi positiva. Ainda que tenha apresentado oscilações ao longo da década, com índices de variação positiva em alguns anos (principalmente entre 1993 a 1997) e sutilmente negativa em outros, no ano de 1999 o setor agropecuário apresentou uma variação positiva de 9%.

A produção de grãos, nos anos 1990, apesar de apresentar algumas oscilações por conta da instabilidade do mercado, apresentou um crescimento total, na década, de 46,8%, com destaques para o arroz, com um aumento de 58,5%, e da soja, com 55,3% de crescimento no período, conforme dados do Banco Central (BACEN). Em contrapartida, culturas como o algodão e o trigo, apresentaram um declínio nos seus volumes de produção, na ordem de 21,6% e 22,6%, respectivamente. Isto pode ser explicado pela intensa concorrência do mercado internacional, em decorrência da valorização cambial ocorrida neste período.

Após duas grandes crises cambiais em 1982 e 1999, que impuseram intensas dificuldades ao setor agrícola, por conta da restrição na oferta de recursos de crédito agrícola, desvalorização do mercado de terras, estabilização do crescimento dos complexos agroindustriais e fortes oscilações nos preços dos produtos agrícolas, os anos 2000 caracterizam uma reformulação no setor agrícola, através de um novo projeto, definido genericamente como agronegócio, conforme explicitou Delgado (2012).

Logo após a crise de 1999, o governo destaca o setor primário-exportador como ferramenta para gerar saldo comercial, estando o agronegócio envolvido neste processo. O

setor agrícola recebe atenção especial do Estado para reverter esta crise macroeconômica constituindo no que se denominou de “âncora verde”.

O segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) criou medidas que visavam estabelecer uma reestruturação do agronegócio no País. Este conjunto de medidas foi denominado “Brasil em Ação”, focando nos eixos regionais de desenvolvimento com investimentos em infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária; incentivos à pesquisa e ao seu envolvimento com empresas multinacionais do agronegócio; alterações na política cambial para eliminar a sobrevalorização do real e tornar o agronegócio local competitivo, no mercado internacional e a reimplantação do crédito rural, mesmo que provisória, com políticas definidas nos anos safra. De acordo com Delgado (2012), estes investimentos aliadas à forte demanda do mercado internacional por algumas *commodities*, alavancaram as exportações de soja, milho, açúcar, álcool, celulose e carne bovina e de aves.

O início dos anos 2000 foi marcado pelo intenso crescimento do agronegócio no País. Por isso, Aguiar, Borda e da Silva (2006), definiram o agronegócio brasileiro como o grande negócio nacional, no início daquela década. Este setor respondia por 33% do PIB brasileiro, 42% do total das exportações e 37% dos empregos no País.

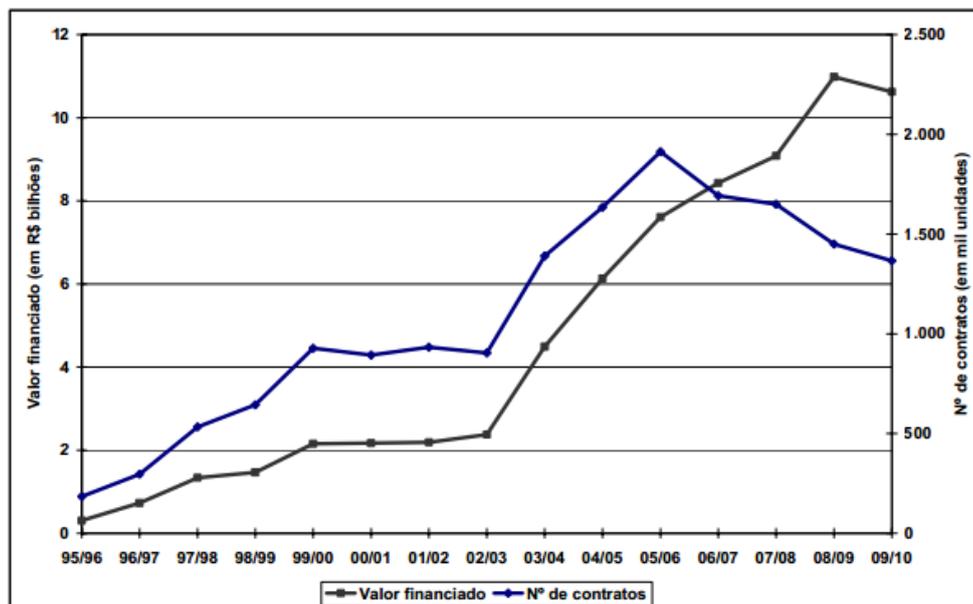
No ano de 2004, o saldo da balança era de US\$ 34 bilhões, contra 15 bilhões registrados em 1995. Esta comparação indica um crescimento sem precedentes do agronegócio brasileiro, conforme Menezes e Pinheiro (2005). Os autores atribuem este desempenho ao ganho de competitividade das *commodities* brasileiras, tendo em vista as condições excepcionais de preços e de qualidade frente aos concorrentes.

Nos anos 2000, algumas culturas apresentaram um franco acréscimo de produtividade, com destaque para o algodão e a soja, com aumento de produtividade da ordem de 145% e 27%, respectivamente. Neste contexto, a área total das lavouras foi ampliada em 24% e a produção física em 120%. De acordo com Menezes e Pinheiro (2005), este grande aumento de produção alicerçado principalmente em ganho de produtividade se refletiu na redução dos custos de produção e, conseqüentemente, dos preços dos produtos agrícolas.

É importante mais uma vez destacar a influência das políticas de crédito rural no desenvolvimento do setor agrícola nacional. Segundo Gasques et al. (2003), (citado Corrêa e Figueiredo (2006)), o número de máquinas e implementos agrícolas cresceu 191% entre os anos de 1996 e 2002. Os autores atribuem esta evolução ao “Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras” (Moderfrota), criado pelo Governo Federal em 2000.

Outro programa importante é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) o qual contribuiu consideravelmente para a evolução da agricultura familiar no País. Após um período de estagnação entre 1999 a 2000, o Programa apresentou um movimento ascendente entre 2000 a 2005. No ano 2000 o valor total liberado para financiamentos foi de R\$ 2.189 milhões, já em 2005 o montante total disponibilizado subiu para R\$ 6.300 milhões, conforme Guanziroli e PRONAF (2007). Em uma análise recente sobre o Pronaf, De Conti e Roitman (2011) afirmam que o Programa tem se consolidado como uma política de Estado. A partir do ano safra 2003-2004 o valor total financiado cresceu consideravelmente, fazendo com que o Governo expandisse ainda mais o Programa, e no ano safra 2008-2009 o montante total financiado superou os R\$ 10 bilhões, conforme indica o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Pronaf: valor financiado e número de contratos – Anos Safra 1995/1996 a 2009/2010



Fonte: Base de Dados do Crédito Pronaf – SAF/MDA (DE CONTI, ROITMAN, 2011).

Nota: Extraído da Base de Dados em 04/02/2011. Tal Base de Dados é abastecida por informações prestadas por diversas instituições, com os dados atualizados até: julho de 2006 (BNDES); junho de 2009 (Banco Central do Brasil); outubro de 2009 (Basa); agosto de 2010 (BNB e Bansicredi); dezembro de 2010 (BB e Bancoob). Os dados referem-se a contratações.

Diante das informações e conceitos compilados das bibliografias consultadas, é notável a franca expansão do agronegócio brasileiro na primeira década dos anos 2000, quando comparada à situação em que o setor agrícola encontrava-se nos anos 1980 e 1990. Segundo Menezes e Pinheiro (2005), este acentuado crescimento tem como pontos fundamentais o aumento de produtividade das lavouras, investimentos em infraestrutura,

máquinas, equipamentos e pesquisa, e aliado a isto a flexibilização das taxas de câmbio, a partir de 1999, o crescimento da demanda mundial pelas *commodities* brasileiras e a consequente elevação de preços destes produtos.

De acordo com Brandão, Rezende e Marques (2006), o agronegócio brasileiro apresentou uma expansão bastante forte, logo após a mudança da política cambial de janeiro de 1999. Ainda, deve-se destacar o franco aumento na área total cultivada com grãos no país, na ordem de 22,8%, ao longo de apenas três anos (2001/02, 2002/03 e 2003/04). Conforme Gasques, Bastos e Bachhi (2012), entre o período de 2000 a 2007 o produto agrícola brasileiro exibiu uma taxa média anual de crescimento de 5,42%, além de uma taxa média anual de crescimento de produtividade total de 4,75%.

O intenso crescimento dos volumes de produção no agronegócio brasileiro é confirmado pelo Produto Interno Bruto (PIB) agrícola, que aumentou consideravelmente a partir dos anos 2000. Este crescimento está diretamente relacionado com a inserção da tecnologia no campo. Em contrapartida, os resultados dos estudos da FAO e CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), refletem o *boom* agrícola nos últimos anos, mas mesmo com este intenso acréscimo nos volumes de produção, é perceptível a dificuldade que se tem na mitigação da pobreza rural. De acordo com o estudo de Valdés et al. (2010), pode-se concluir que a maior parte da apropriação de renda, oriunda do crescimento do PIB agropecuário, é absorvida respectivamente pelos trabalhadores empregados no setor agrícola, empregadores e por último pelos trabalhadores conta-própria (agricultura familiar). Os resultados deste estudo são importantes indícios, que ajudam a explicar este paradoxo entre elevada tecnificação e baixa capitalização.

De acordo com Mattei (2007), a amplitude dos estudos acerca do mundo rural brasileiro foi expandida, a partir do movimento que remodelou os processos de produção agrícola no período pós-revolução verde. Além disso, houve a criação de novas funções no espaço rural brasileiro. Neste sentido, os debates a despeito da pluriatividade e suas diferentes possibilidades de quantificação, vêm criando corpo na literatura nacional acerca do mundo rural.

2.2 MODERNIZAÇÃO E POLÍTICAS PARA O SETOR AGRÍCOLA NO RIO GRANDE DO SUL

Nesta seção pretende-se apresentar aspectos relativos à evolução da agricultura e das políticas agrícolas particularmente para o Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que esta

análise estará centrada nas transformações ocorridas na última década neste contexto. Assim, inicialmente, vale destacar que a agricultura no Rio Grande do Sul foi caracterizada por diferentes fases, e dentre estas serão abordadas as principais transformações no período compreendido entre a segunda metade do século passado até o início dos anos 2000. Posteriormente se apresenta um breve levantamento das transformações recentes e uma caracterização do perfil atual da agricultura no Estado.

2.2.1 As transformações ocorridas entre 1950 a 2000

Segundo Schneider (1995), na década de 1950 a agricultura do Rio Grande do Sul se encontrava em um período de estagnação, por conta do uso integral de toda a fronteira agrícola do Estado. Em decorrência disto, muitos agricultores acabaram migrando para fora do Rio Grande do Sul. Outro fator importante que colaborou para o estabelecimento deste cenário foi o crescimento da concorrência externa para os principais produtos agrícolas da época no Estado, neste caso o arroz e o trigo. Este acirramento comprometia os avanços de produtividade por conta da queda dos preços.

Entre as décadas de 1960 e 1970, verificou-se no Estado um ligeiro crescimento no setor agrícola em função principalmente da expansão da produção de soja, bovinocultura de corte e leiteira, trigo e arroz. Segundo Fritz Filho e Miguel (2008), estas transformações elevaram o Rio Grande do Sul à condição de “*celeiro do Brasil*”. Pra se ter uma ideia da importância da produção de soja nos anos 1970, esta cultura foi responsável por dois terços da produção de grãos no Brasil. Posteriormente, este aumento foi freado em função da impossibilidade de aumentar a fronteira agrícola cultivada com a soja no Estado.

Conforme Conceição (1984), o cultivo de soja no Estado se expandiu fortemente a partir dos anos 1960, atingindo sua consolidação na década seguinte. Inicialmente o grão era cultivado somente em três regiões: Alto Uruguai, Planalto Médio e Missões. A partir da década de 1970 o cultivo da soja se alastrou para outras regiões: Depressão Central, Encosta do Sudoeste, Campanha, Campos de Cima da Serra, Serra do Sudoeste, Encosta Superior do Nordeste e Litoral.

Ainda, de acordo com Conceição (1984), o padrão estacional do preço do grão favoreceu a expansão do cultivo da soja no Estado. É importante salientar que a ampliação da fronteira agrícola da soja no Rio Grande do Sul, acompanhou uma tendência nacional. O auge da expansão do cultivo deste grão foi o ano de 1975. A produção gaúcha era favorecida pelo

fator preço em decorrência da manutenção da alta cotação mundial, já que o período de colheita da soja no Estado coincidia com as cotações mais elevadas do grão. Além dos preços favoráveis, um severo período de nevasca nos EUA, o início das exportações soviéticas e a redução da produção de farinha de peixe (reduzindo a oferta de proteína no mercado e por consequência, estimulando a produção de soja), formaram uma conjuntura extremamente favorável para a ampliação do cultivo da soja no Rio Grande do Sul.

Após um período de crescimento do setor agrícola gaúcho vivido na década de 1970, a década seguinte ficou marcada como um período de estagnação da agricultura do Rio Grande do Sul.

O amplo crescimento das lavouras temporárias, principalmente a cultura da soja, e a atividade de pecuária bovina foram obstruídos pela perda de espaço, em função da intensa ampliação da fronteira agrícola na região do Cerrado. As dificuldades foram ganhando uma maior proporção, em decorrência da dificuldade de competir com o modelo agrícola aplicado na Região Centro-oeste.

Segundo Benetti (2010), entre os anos de 1986 e 1995, foram registrados quase seis anos de taxas de crescimento negativas do setor agrícola gaúcho. O clima foi um fator preponderante para este entrave no crescimento do setor no Estado. A partir de então, o clima passou a ser considerado um elemento estrutural da agricultura gaúcha. Em virtude desta crise, o setor agrícola encontrava-se endividado, requerendo medidas de auxílio do Governo.

O cenário da economia mundial contribuiu para a ampliação da crise. A situação do mercado agroalimentar era desfavorável, e isto afetou diretamente o setor agrícola do Rio Grande do Sul. Havia um excedente de oferta em função da demanda, por conta do amplo crescimento da produção agrícola nos EUA e na Europa. Este *gap* se formou em decorrência da estagnação da demanda dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Esta situação afetou diretamente os preços dos produtos agrícolas, promovendo a reversão da tendência de expansão da agricultura no Estado, observada nos anos 70.

Delgado (1998), (citado em BENETTI, 2010), informa que:

“[...] a situação vivida na década de 80 foi diretamente inversa à ocorrida na década anterior, onde predominou o crescimento da demanda, a aceleração da intensidade do comércio e reduzidos estoques mundiais, além dos preços internacionais em ascensão”.

Em função da perda de espaço da produção de grãos no Estado, ocorreu uma redução de 900 mil hectares na área plantada de grãos no Rio Grande do Sul. As lavouras de soja e de trigo apresentaram uma redução de 1,3 milhões de hectares. No entanto, registrou-se um

acréscimo de 418 mil hectares de feijão, arroz e milho. Considerando-se estes dois movimentos, tem-se um déficit de 900 mil hectares em áreas produtivas. Apesar da retração na área total de lavouras temporárias, não houve decréscimo na quantidade de grãos. Neste período ocorreu um aumento expressivo de produtividade das lavouras gaúchas, conforme Benetti (2010).

É curioso observar que entre 1965 a 1995 ocorreram dois processos distintos com referência ao padrão de crescimento da área total de lavoura no Estado. De 1965 a 1980 ocorreram aumentos nos volumes de produção por conta da ampliação das fronteiras agrícolas no Rio Grande do Sul. Já entre 1980 a 1995 este aumento se deu em função do incremento na produtividade das lavouras.

Este aumento da produtividade registrado no período teve como origem a adesão a novas técnicas de plantio, além da introdução de novas variedades de sementes e do melhor manejo dos solos, especialmente pela adoção do plantio direto.

A produção de leite e criação de pequenos animais (suínos e aves) foi reestruturada a partir da exigência do mercado agroindustrial de processamento de carne e de leite. A década de 1980 foi marcada pela reformulação do setor, através da aproximação entre produtores rurais, integradoras e cooperativas. Este processo foi acompanhado pela introdução do progresso técnico disponibilizado pelas agroindústrias. Este sistema de produção ascendeu como uma alternativa ao incremento de renda àqueles produtores rurais com menor disponibilidade de terra e solos menos férteis.

O sistema de integração entre as agroindústrias e os provedores de matéria prima foi aprimorado, com o estabelecimento de vínculos formais, adoção de novas metodologias de produção voltadas às exigências de mercado e através da busca pelo aumento do número de produtores integrados. De acordo com Benetti (2010), este sistema de integração, iniciado na década de 1970 e mais amplamente difundido a partir dos anos 1980, acelerou o crescimento do setor de produção de aves, suínos e leite no Estado do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento das cadeias agroalimentares de produção de carne e leite surgiu como uma alternativa para aqueles produtores de grãos em pequena escala, que na conjuntura da época, se encontravam em uma situação de retração produtiva. Também há que se destacar o início da pluralidade de algumas cooperativas, que historicamente eram voltadas unicamente a comercialização de soja, mas que passaram a trabalhar com a comercialização de leite, aves e suínos.

Adotando-se uma visão macroeconômica, pode-se apontar a influência do cenário internacional na agricultura do Estado. A abertura comercial ganhou força em meados dos

anos 90, conferindo ao Rio Grande do Sul uma maior participação no mercado internacional, principalmente em função do MERCOSUL. O Estado está situado em uma localização estratégica, pois faz fronteira com importantes parceiros (Uruguai e Argentina) do grupo econômico.

De acordo com Benetti (2010), o início da década de 1990 se caracterizou pela inserção de variedades de sementes de soja geneticamente modificadas, a partir da chegada no País de empresas multinacionais criadoras e propagadoras deste tipo de sementes. O autor refere este processo como a segunda a revolução verde na agricultura brasileira. Cada vez mais a biotecnologia passou a ganhar espaço no setor agrícola brasileiro, com inovações amparadas em grandes investimentos em pesquisa. O melhoramento genético transformou sensivelmente o setor agrícola, e cabe salientar que este segmento está à montante, enquanto que tradicionalmente os principais agentes de transformação do setor agrícola permaneciam à jusante.

2.2.2 As transformações e o perfil atual da agricultura no Rio Grande do Sul

Waquil e Souza (2014) destacam que nas décadas anteriores os maiores condicionantes às modernizações do setor agrícola eram a acessibilidade ao crédito, pesquisa, extensão rural, políticas de garantia de preços mínimos e formação de estoques reguladores. No entanto nos últimos anos, as transformações foram mais influenciadas pelas políticas comerciais, regulação de mercados, o apoio diferenciado à agricultura familiar, infraestrutura no meio rural, logística de escoamento de produção, comunicação e informação, adequação de normas para garantir a qualidade e sanidade dos produtos e segmentação de mercados, e o apoio a atividades não agrícolas.

Estes condicionantes, descritos anteriormente, influenciaram uma série de mudanças no perfil do setor agrícola em nível estadual. É importante salientar que muitas das transformações ocorridas na agricultura gaúcha acompanharam tendências em nível nacional e mundial. Nas últimas décadas se acentuaram as relações entre os meios rural e urbano, assim como se percebeu um intenso crescimento da integração entre a agricultura e os demais setores da economia, possibilitando a formação das cadeias agroindustriais. O dinamismo das empresas, promovendo fusões e aquisições entre grandes grupos, caracteriza um modelo de concentração de capital no segmento agroindustrial. Todas estas profundas transformações são observadas no Estado do Rio Grande do Sul.

A agricultura familiar, que concentra amplamente o maior número de propriedades rurais no Estado, foi contemplada com uma série de políticas públicas que fortaleceram, nos últimos anos, este segmento da agricultura gaúcha. Neste sentido, pode-se destacar a criação e implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a sua ampla adesão por parte dos produtores nos últimos anos, fazendo com que este Programa venha sendo cada vez mais ampliado, em termos de recursos disponíveis e criação de novas linhas de crédito. Fauth (2008) ressalta a importância da implantação do Programa de Aquisição e Alimentos (PAA) e da reorientação do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que tange a agricultura familiar.

Segundo Waquil e Souza (2014), políticas públicas como o PAA e o PNAE, são ferramentas extremamente importantes aos agricultores familiares, pois permitem a garantia de mercados que absorvam, em grande medida, a produção dos estabelecimentos rurais integrados aos referidos Programas. Além disso, estas políticas direcionadas à agricultura familiar incentivam indiretamente o incremento da quantidade e qualidade dos produtos oriundos das propriedades de agricultores familiares. Somado aos aspectos referentes a mercado e produção, estes programas fortalecem os laços dos produtores com a atividade agrícola e com o campo, atenuando a tendência de êxodo rural.

Outra transformação recente e importante no perfil da agricultura familiar é a pluriatividade. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, em 71.036 estabelecimentos rurais familiares, que representa 19% do total de propriedades agrícolas familiares, pelo menos um membro da família exercia outra atividade remunerada fora do estabelecimento. É importante salientar que estes dados do IBGE não consideram atividades econômicas não agrícolas exercidas dentro da propriedade, sendo assim, estes valores devem ser ainda superiores ao que foi exposto. Entre estas atividades agrícolas pode-se apontar o turismo rural, transformação e venda de produtos minimamente processados (BRASIL, 2006).

Para reforçar estas evidências, os dados indicados na Tabela 2 indicam a diversidade de receitas que compõem a renda do setor agrícola familiar.

Tabela 2 - Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul em 2006.

| Receitas da Agricultura Familiar | Número de Estabelecimentos | Receitas | |
|--|----------------------------|------------------|------|
| | | Valor (R\$ 1000) | % |
| Total da agricultura familiar | 312.854 | 6.894.814 | 100 |
| Produtos Vegetais | 231.892 | 4.437.791 | 64,4 |
| Animais e seus produtos | 201.872 | 1.380.233 | 20 |
| Animais criados em cativeiros | 634 | 3.455 | 0,1 |
| Húmus e esterco | 66 | 256 | 0 |
| Turismo rural no estabelecimento | 274 | 1742 | 0 |
| Exploração mineral | 646 | 5.375 | 0,1 |
| Produtos da agroindústria | 30.255 | 95.664 | 1,4 |
| Prestação de serviço de beneficiamento e ou transformação de produtos agropecuários para terceiros | 3.225 | 18.462 | 0,3 |
| Prestação de serviço para empresas integradoras | 9.832 | 936.297 | 13,6 |
| Outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento | 2.946 | 10.950 | 0,2 |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006 (BRASIL, 2006).

A partir da interpretação destes dados, fica nítida a importância das atividades agrícolas e pecuárias na composição da renda das famílias de agricultores familiares. Em um segundo momento, considerando o número de estabelecimentos rurais familiares envolvidos pode-se destacar a forte presença das agroindústrias no segmento familiar, a prestação de serviços para empresas integradoras e a prestação de serviço de beneficiamento e ou transformação de produtos agropecuários para terceiros.

Outro indicador importante para a análise das transformações do agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul é a participação da agricultura na formação do PIB. De acordo com levantamento de Fochezatto (2008), o PIB tem se mantido em índices próximos ao PIB nacional, ainda que tenha apresentado algumas oscilações acentuadas.

A Tabela 3 faz referência ao desempenho do setor agropecuário no Estado do Rio Grande do Sul, PIB gaúcho e ao PIB brasileiro. É perceptível que nos anos em que o setor agropecuário apresenta um desempenho favorável, a economia do Rio Grande do Sul, de uma forma geral, acaba acompanhando esta tendência. Em anos que se registra uma supersafra no Estado, como nos casos de 2003 e 2007, o PIB gaúcho supera o índice nacional. Estes dados identificam a relevância do setor agropecuário na economia do Estado.

Embora o segmento agrícola tenha toda esta importância, a média de participação do setor na composição do PIB estadual na década anterior foi tímida, estando na casa dos 9,8%. As oscilações registradas apontaram uma participação reduzida no ano de 2005 (7,1%), levando-se em conta a estiagem ocorrida que prejudicou fortemente a safra de grãos, e um máximo registrado em 2003, com 12,8%.

Tabela 3 - Taxas de Crescimento da Agropecuária Gaúcha, do PIB do RS e do PIB do Brasil - 1987 a 2007.

| Anos | Agropecuária | PIB RS | PIB Brasil |
|------|--------------|--------|------------|
| 1987 | 15,2 | 4,1 | 3,5 |
| 1989 | 5,0 | 3,4 | 3,2 |
| 1992 | 31,6 | 8,3 | -0,5 |
| 1993 | 5,4 | 10,8 | 4,9 |
| 1997 | 4,2 | 6,1 | 3,4 |
| 1999 | 10,3 | 3,0 | 0,3 |
| 2001 | 12,4 | 3,1 | 1,3 |
| 2003 | 16,4 | 1,7 | 1,1 |
| 2006 | 19,9 | 2,7 | 3,8 |
| 2007 | 19,2 | 7,0 | 5,2 |

Fonte: IBGE e FEE (FOCHEZATTO, 2008).

Montoya e Finamore (2009) relacionam a participação do PIB do agronegócio gaúcho com o PIB estadual. Conforme o estudo, em 2003 o PIB agrícola correspondia a 43,537% do PIB estadual, indicando que o desenvolvimento econômico do Estado está diretamente relacionado com o desempenho do agronegócio. Em uma análise comparativa, entre o período de 1998 a 2003, houve um crescimento de 9,15% ao ano no agronegócio gaúcho. Esta taxa evidencia um acelerado crescimento do setor comparado aos padrões de crescimento dos tigres asiáticos.

A fim de se dimensionar a importância do CAI na economia gaúcha, foram utilizados os levantamentos de Porsse (2003), onde o complexo de cadeias agroindustriais do Estado,

respondem por 29,5% do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul. O setor agropecuário está diretamente relacionado a uma série de elos das cadeias industriais dos mais diversos ramos, atuando como fornecedor de matéria prima para as indústrias de produção de alimentos, indústria de máquinas e equipamentos, indústria de elaboração de fumo e bebidas, indústria química e indústria coureiro calçadista.

Segundo Waquil e Souza (2014), o setor agropecuário é um segmento que produz efeitos multiplicadores nos demais setores da economia. Este estreitamento de relações entre o setor agrícola e a indústria, de uma forma geral, indica a relação de dependência entre o PIB do Estado e as oscilações na produção agrícola. Anos marcados por quebras de safra, principalmente em função de eventos climáticos, tem como consequência direta a estagnação ou redução do PIB estadual.

Finalmente, vale destacar que na análise de Montoya e Guilhoto (2000), há uma forte pressão exercida sobre a produção rural. Ela tem origem nas indústrias de produção de insumos e defensivos, e nas indústrias de aquisição de matérias primas. Essa pressão culmina em uma concentração de renda à montante e à jusante da produção rural, pelo efeito de relações contratuais restritivas. Esta situação compromete o incremento de renda às famílias inseridas no setor agrícola, pela criação de uma relação de incapacidade de estabelecimento de preços de compra de insumos, defensivos e máquinas à montante, e de venda da produção à jusante.

Portanto, se reconhece a existência do complexo agroindustrial e da pressão exercida pelos elos da cadeia do setor industrial (a jusante e a montante) sobre os agricultores em relação à apropriação da renda nos encadeamentos do agro. Mas, ainda pouco se conhece da capacidade dos agricultores em se apropriar da renda entre os distintos grupos ocupacionais existentes no meio rural gaúcho.

3. METODOLOGIA

3.1 FONTES DOS DADOS E INSTRUMENTOS

As análises realizadas basearam-se em informações da base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 2002 e 2009.

Vale salientar que através das PNADs pode-se obter informações importantes e atualizadas (anuais) sobre as características demográficas e socioeconômicas da população brasileira (rural e urbana), como por exemplo, sexo, idade, educação, trabalho e rendimento e características dos domicílios. Com periodicidade variável também se obtém informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras.

A PNAD é uma pesquisa intercensitária, o que significa dizer que só é realizada nos anos em que não ocorrem os Censos Demográficos. Além disso, a análise das informações se limitará aos anos 2000 em virtude do *boom* das exportações de commodities primárias nesse período, assim como também do PIB agropecuário. Vale destacar e justificar que não foi realizada a PNAD de 2000 porque houve o Censo Demográfico, e que não foi adotada a PNAD de 2001 porque a partir de 2002 o IBGE adotou outra Classificação de Ocupações e de Atividades Econômicas, de forma que inviabilizaria a comparabilidade das informações individuais dos microdados da PNAD 2001 com as PNADs subseqüentes.

Na composição deste trabalho de pesquisa, foram adotados os dados das PNADs do Rio Grande do Sul, considerando o seu caráter demográfico, já que estes não estão limitados às informações das atividades de produção agrícola e pecuária das propriedades rurais. Todos os dados obtidos se referem ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última semana do mês de setembro.

Os rendimentos médios, das famílias de ocupados no setor agrícola, foram todos deflacionados para setembro de 2009 (semana de referência da PNAD) a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE.

Para a análise da decomposição da variação da renda agropecuária dos distintos grupos ocupacionais familiares foram utilizados: o software SPSS (*Statistical Package for Social Science*), através do qual foram realizadas as operações de recodificação das variáveis

selecionadas para a consecução da pesquisa, assim como também para a realização das operações estatísticas.

Cabe lembrar que este trabalho é uma ramificação da pesquisa original do projeto desenvolvido pelo professor Carlos Alves do Nascimento da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O referido projeto utiliza como base para a sua análise dos dados da PNAD, direcionado a mensuração da apropriação da renda agrícola em âmbito nacional.

3.2 A TIPOLOGIA DE FAMÍLIAS

As famílias extensas¹ a serem consideradas foram classificadas de acordo com a posição de seus membros na ocupação principal, da seguinte forma: i) se um dos membros da família declarou, na PNAD, ser empregador, a família será classificada como tal (Família de Empregadores), independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Procede-se dessa forma por se entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família. Ademais, considerou-se ainda a subclassificação das famílias de empregadores segundo o número de empregados permanentes (*Empregadora mais de 2 empregados* e *Empregadora até 2 empregados*); ii) na inexistência de um empregador, a família será classificada como de conta-própria (Família de Conta-Próprias) se um dos membros ativos declarou-se como tal; iii) em caso de não haver nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como família de empregados/assalariados (Família de Assalariados), se pelo menos um dos seus membros declarou exercer, como assalariado, uma atividade agrícola na semana de referência da PNAD.

Para cada posição na ocupação acima referida, as famílias extensas serão subdivididas segundo o ramo de atividade em que seus membros estavam envolvidos, da seguinte forma: i) *família pluriativa intersetorial* é aquela em que (a) pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e (b) pelo menos um outro exercia uma atividade *não agrícola*, na semana de referência da PNAD; ii) *família pluriativa tradicional* é aquela em que (a) pelo menos um de seus membros exercia uma atividade *agrícola* (ou como empregador ou como conta-própria) e (b) pelo menos um outro exercia uma atividade *agrícola* assalariada (nas famílias de assalariados não existe o tipo de família pluriativa tradicional porque seriam tão

¹Família extensa considera apenas o núcleo familiar mais os parentes e agregados. Desconsideram-se os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes destes.

somente duas ou mais pessoas ocupadas na agricultura todas como assalariados); iii) *família agrícola* é aquela em que (a) pelo menos um de seus membros estava envolvido em atividades agrícolas, e (b) nenhum outro ocupado em atividades não agrícolas.

O somatório dos quantitativos de famílias de conta-próprias (agrícolas e pluriativas) e de famílias de empregadores com até dois empregados (agrícolas e pluriativas) conformam o que foi considerado neste trabalho por *agricultura familiar*.

É pertinente ressaltar que somente foram analisadas famílias que tinham pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas. As famílias (empregadoras, conta-própria e assalariadas) que só tinham membros ocupados em atividades não agrícolas (ou não ocupados) e não tinham nenhum membro ocupado em atividades agrícolas, não foram consideradas nas análises.

Na presente pesquisa foram adotados os seguintes tipos de famílias de agricultores, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação das Famílias segundo a Posição na Ocupação e o Ramo de Atividade.

| Família (Posição na Ocupação) | Família (Ramos de Atividade) |
|--|---|
| Empregadores | Agrícolas (não pluriativas) Pluriativas Tradicionais Pluriativas Intersetoriais |
| Conta-próprias | Agrícolas (não pluriativas) Pluriativas Tradicionais Pluriativas Intersetoriais |
| Assalariados | Agrícolas (não pluriativos) Pluriativas Intersetoriais |

3.3 A NOÇÃO DE RURAL E URBANO NAS PNADS

Quanto à definição das áreas rurais estas constituem, segundo o IBGE, as áreas restantes quando se retiram as áreas consideradas urbanas. Por questões metodológicas da amostragem, o IBGE mantém fixa a área urbana e rural de um município ao longo da década, mesmo que o município venha alterar o perímetro urbano.

Para contornar a questão da delimitação e atualização do perímetro urbano, o IBGE apresenta mais detalhes sobre esta situação de domicílio de forma a captar, com mais

detalhes, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) **áreas urbanas**: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; 2) **áreas urbanas não-urbanizadas**: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; 3) **áreas urbanas isoladas**: englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município; 4) **áreas rurais - extensão urbana**: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) **áreas rurais – povoados**: aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída; 6) **áreas rurais - núcleo**: aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados; 7) **áreas rurais – outros**: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) **áreas rurais – exclusive**: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente dita. A partir dessas novas aberturas, o Projeto RURBANO agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios: **urbano** engloba a situação 1; **periferia** engloba as situações 2 e 4; **distritos e povoados** englobam as situações 3, 5 e 7; e **rural agropecuário** englobam as situações 6 e 8.

Também, para aprimorar a descrição dos resultados, além da situação do domicílio, a PNAD permite detalhar o tipo de município onde foi realizada a amostra. Assim, é possível identificar as regiões metropolitanas, grandes e pequenos municípios. Dessa forma, o Projeto RURBANO também agrupou essa abertura em: a) **METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana legalmente constituída; b) **NÃO-METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados, e que não constituem regiões metropolitanas.

Desta forma, considerou-se como integrantes da PEA rural somente as pessoas residentes nas áreas não-metropolitanas dos domicílios localizados no **rural agropecuário** pelo fato de que esta situação tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais.

3.4 O MÉTODO ESTATÍSTICO DE DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA APROPRIAÇÃO RELATIVA DA RENDA TOTAL AGRÍCOLA PELOS TIPOS FAMILIARES²

Para analisar as mudanças na composição da renda do contingente de famílias ocupadas na agricultura foi utilizado um método estatístico de Decomposição da Mudança no rendimento agrícolas dos diferentes grupos ocupacionais familiares (empregadores, empregados e conta-próprias; agrícolas e pluriativos). Pode-se decompor o rendimento médio dos grupos ocupacionais familiares ocupados na agricultura em termos de rendimento médio de cada grupo (empregados), produtores por conta-própria e empregadores.

A variação total da apropriação da renda do trabalho agrícola foi decomposta em três componentes principais (VALDÉS A. et al., 2010): i) efeito participação; ii) efeito renda; e iii) efeito composto. O primeiro efeito estima a variação da renda devida à variação do tamanho de cada tipo de família, ou seja, a variações na participação da população de cada grupo da estrutura familiar. O segundo efeito estima a variação devida a variações na renda de cada tipo familiar. O último efeito estima a variação que não pode ser unicamente explicada por cada um dos efeitos anteriores, ou seja, que é devida ao efeito conjunto dos componentes.

Para que se compreendam os procedimentos utilizados na decomposição, será considerada a renda média familiar (\bar{y}) como a soma ponderada dos rendimentos de cada tipo familiar:

$$\bar{y} = \frac{\sum_{i=1}^N y_i}{N} = \sum_{j=1}^k w_j \bar{y}_j \quad (1)$$

Onde y_i é a renda da i -ésima família, w_j é a participação do j -ésimo tipo familiar na população e \bar{y}_j sua respectiva renda média familiar. A participação na renda total associada a um grupo familiar específico (S_j) pode ser definida como:

$$S_j = \frac{\sum_{i \in j} y_i}{\sum_{i=1}^N y_i} = \frac{N_j \cdot \bar{y}_j}{N \cdot \bar{y}} = w_j g_j \quad (2)$$

² Esta seção segue a formulação de Valdés et. al. (2010). Mas, diferentemente destes que analisaram os indivíduos ocupados nas atividades agrícolas, no presente trabalho serão analisados os diferentes tipos familiares agrícolas e pluriativos.

Onde g_j representa a razão entre o rendimento do j -ésimo grupo familiar e o rendimento médio de todos os grupos familiares com ocupados na agricultura.

A partir de desenvolvimento algébrico, pode-se demonstrar que a variação relativa do rendimento médio familiar das famílias com ocupados na agricultura pode ser expressa por:

$$\left(\frac{\Delta \bar{y}}{\bar{y}}\right)_t = \frac{\bar{y}_t - \bar{y}_{t-1}}{\bar{y}_{t-1}} = \sum_{j=1}^k S_{jt-1} \cdot \left(\frac{\Delta(w_j \bar{y}_j)}{w_j \bar{y}_j}\right)_t \quad (3)$$

$$\left(\frac{\Delta \bar{y}}{\bar{y}}\right)_t = \sum_{j=1}^k S_{jt-1} \cdot \left(\left(\frac{\Delta w_j}{w_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta \bar{y}_j}{\bar{y}_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta w_j}{w_j} \cdot \frac{\Delta \bar{y}_j}{\bar{y}_j}\right)_t \right) \quad (4)$$

Pode-se agora decompor a variação, em pontos percentuais, da participação de cada tipo familiar na apropriação da renda total da população:

$$S_{jt} - S_{jt-1} = S_{jt-1} \cdot \left(\left(\frac{\Delta w_j}{w_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta g_j}{g_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta w_j}{w_j} \cdot \frac{\Delta g_j}{g_j}\right)_t \right) \quad (5)$$

Deve-se saber que Δw mede o impacto da mudança no tamanho do grupo na apropriação das receitas totais geradas por todos os grupos ocupacionais familiares na agricultura e que Δg mede o impacto da variação na renda do grupo familiar. Assim, o primeiro termo da equação (4) captará o *efeito participação*, o segundo termo o *efeito renda* e terceiro termo o *efeito composto*.

Na próxima seção desta dissertação são apresentados e discutidos os resultados do processo de apropriação da renda agrícola por parte destes grupos ocupacionais nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul nos anos 2000 com base nas tabulações especiais das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) daquele período.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados das variáveis analisadas, bem como a interpretação destes resultados.

4.1 DINÂMICA DAS FAMÍLIAS, DA POPULAÇÃO E DA APROPRIAÇÃO DAS RENDAS ENTRE OS GRUPOS OCUPACIONAIS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL: ANOS 2000

A Tabela 4 mostra a distribuição absoluta e percentual do número de famílias que apresenta pelo menos uma pessoa ocupada em atividades agrícolas, assim como também do número das próprias pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar, para o Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2002 e 2009. Apresenta ainda a variação percentual tanto do número das famílias em análise quanto do número das pessoas em questão.

Tabela 4 - Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2002 a 2009 (1.000 pessoas e famílias).

| Tipos de Famílias | | 2002 | | | 2009 | | | Variação 2009-2002 (%) | |
|--|---------------------|------------|------------|--------------|------------|------------|--------------|------------------------|--------------|
| | | Pessoas | Famílias | | Pessoas | Famílias | | Pessoas | Famílias |
| | | N | N | % | N | N | % | | |
| Empregadora com + de 2 empregados | Agrícola | 7 | 3 | 0,7 | 3 | 1 | 0,3 | - | - |
| | Plur. Tradicional | 0 | 0 | 0,0 | 0 | 0 | 0,0 | - | - |
| | Plur. Intersetorial | 3 | 2 | 0,6 | 4 | 4 | 0,9 | - | - |
| | Total | 10 | 5 | 1,3 | 7 | 5 | 1,2 | - | - |
| Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 11 | 4 | 1,0 | 42 | 20 | 5,2 | 277,2 | 397,3 |
| | Plur. Tradicional | 1 | 1 | 0,1 | 5 | 2 | 0,5 | - | - |
| | Plur. Intersetorial | 7 | 4 | 1,0 | 10 | 6 | 1,5 | 36,6 | 46,3 |
| | Total | 19 | 9 | 2,1 | 56 | 28 | 7,2 | 194,8 | 220,8 |
| Conta-própria | Agrícola | 639 | 240 | 58,2 | 436 | 198 | 51,3 | -31,9 | -17,6 |
| | Plur. Tradicional | 38 | 14 | 3,5 | 31 | 11 | 2,9 | -16,5 | -22,2 |
| | Plur. Intersetorial | 126 | 63 | 15,3 | 109 | 62 | 16,0 | -13,6 | -2,3 |
| | Total | 803 | 318 | 77,1 | 576 | 271 | 70,3 | -28,3 | -14,8 |
| Assalariados | Agrícola | 123 | 63 | 15,3 | 103 | 56 | 14,5 | -16,8 | -11,7 |
| | Plur. Intersetorial | 28 | 17 | 4,2 | 30 | 26 | 6,8 | 6,6 | 50,2 |
| | Total | 152 | 81 | 19,6 | 133 | 82 | 21,3 | -12,5 | 1,7 |
| | Total | 984 | 412 | 100,0 | 773 | 385 | 100,0 | -21,5 | -6,5 |

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE.

Nesta tabela pode-se verificar que no ano de 2009, havia 385 mil famílias ocupadas no setor agropecuário no Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, no ano de 2002, o número de famílias era maior (412 mil famílias aproximadamente), o que confere uma redução de 6,5% no número total de famílias no período compreendido entre 2002-2009.

Pode-se observar na Tabela 4 que no estado do Rio Grande do Sul as famílias de conta-próprias mais as famílias de assalariados, correspondem a mais de 90% da totalidade dos tipos familiares que têm pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas, em cada um dos dois anos selecionados.

Por outro lado, as informações contidas nessa tabela destacam importantes mudanças na participação relativa desses dois tipos familiares no conjunto dos quatro tipos familiares analisados. Ou seja, os dados mostram uma consistente redução da participação relativa das

famílias de conta-próprias (que tinham uma participação de 77,1%, em 2002, para 70,3%, em 2009) e, em sentido inverso, um crescimento relativo (ainda que pequeno) do número de famílias de assalariados (que em 2002 era de 19,6% e em 2009 atinge a participação de 21,3%). Essas diferentes mudanças também podem ser verificadas nas últimas colunas da Tabela 4, que mostram as variações entre os anos: todos os diferentes tipos familiares de conta-próprias mostram variações negativas, enquanto que, por sua vez, as famílias de assalariados exibem quase sempre variações positivas de crescimento. Destaca-se que a variação positiva no número de famílias de assalariados no período foi determinada pelo número de famílias que eram pluriativas intersetoriais (ou seja, combinavam atividades agrícolas com atividades não agrícolas) no meio rural gaúcho. De uma forma praticamente generalizada também se observa uma variação negativa do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas nesses dois grupos de famílias. Esses dados em seu conjunto revelam desta forma, importantes mudanças nas estruturas das famílias gaúchas que possuíam membros ocupados em atividades agrícolas.

No ano de 2009, pouco mais de 70% do total de famílias em que pelo menos um membro estava envolvido em atividades agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul pertenciam ao grupo familiar dos conta-próprias. Apesar de ser o grupo mais representativo, estas famílias perderam participação entre os anos de 2002 e 2009. A Tabela 4 permite evidenciar que o grupo de famílias de conta-próprias cujos todos os membros estavam envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas pode ter sido responsável pela trajetória de queda apresentada na totalidade do grupo de famílias de conta-própria, cujo conjunto exibiu variações negativas nos três períodos analisados: 2002-2005 (-5,8%), 2005-2009 (-12,6%) e 2002-2009 (-17,6%). Por outro lado, as famílias de conta-próprias com pluriatividade intersetorial totais, parecem que foram as que contribuíram para o efeito de amortecimento da redução no número de famílias de conta-próprias no meio rural gaúcho já que praticamente se mantiveram estáveis no período 2002 a 2009.

Ainda que não haja informações suficientemente concretas para avaliar a mobilidade das famílias, esses resultados podem estar indicando que as famílias conta-própria pluriativas tradicionais e as famílias conta-própria agrícolas, estariam se convertendo em famílias pluriativas intersetoriais, particularmente no período 2002-2005 e 2002-2009. Expressando de outra forma, muitos membros das famílias de conta-próprias pluriativas tradicionais e das agrícolas, que antes se ocupavam na agricultura, podem ter se ocupado em atividades não agrícolas, contribuindo para a manutenção ou variação positiva deste grupo de famílias. Esse tipo de comportamento se torna muito mais evidente entre as famílias de assalariados, porque

entre as famílias de contas-próprias (agricultura familiar), conforme apresentado anteriormente houve quase sempre variações negativas no número de todos os seus tipos familiares. Embora não seja possível afirmar claramente, provavelmente uma parte das 47 mil famílias que, entre 2002 e 2009, deixaram de compor o grupo de famílias de conta-próprias, podem ter se convertido majoritariamente em famílias de “não ocupados e não agrícolas³”, de assalariados, que no mesmo período, registrou um pequeno aumento, mas principalmente pelo aumento importante do número de famílias empregadoras com até 2 empregados (o grupo minoritário da agricultura familiar⁴) que saltou de 9 mil famílias para 28 mil famílias no período 2002 a 2009. Dentro deste tipo familiar, as famílias agrícolas foram as que mais contribuíram para o aumento da participação dos pequenos empregadores passando de aproximadamente 4 mil para 20 mil famílias, resultando numa impressionante taxa de crescimento de 397% no período 2002 a 2009 no Estado do Rio Grande do Sul. Seguindo esta tendência de crescimento, as famílias pluriativas intersetoriais aumentaram sua participação em 46,3% no período 2002 a 2009 no meio rural gaúcho.

Fazendo-se um recorte para as famílias de trabalhadores assalariados no meio rural do estado do Rio Grande do Sul, percebem-se variações distintas dentro do próprio grupo. As famílias de pluriativos, que combinam atividades agrícolas com não-agrícolas apresentaram um melhor desempenho em termos de participação (aumento de 50,2%), se comparadas às famílias de trabalhadores unicamente agrícolas, pois estes perderam participação (queda de 11,7%). No entanto, de uma forma geral, as famílias de assalariados apresentaram um pequeno crescimento entre 2002-2009, já que no início do período havia aproximadamente 81 mil famílias ocupadas no setor agrícola, aumentando este contingente para 82 mil famílias em 2009.

³ As famílias não agrícolas as aqui compreendidas como sendo aquelas nas quais nenhum dos seus membros declarou na PNAD estar ocupado em atividades agrícolas, mas que pelo menos um deles declarou estar ocupado em atividades não agrícolas. As famílias não agrícolas podem ser de empregadores, de contas-próprias e de assalariados. As famílias de não ocupados são aquelas nas quais nenhum dos seus membros declarou estar ocupado na semana de referência da PNAD.

⁴ Considerados como representantes legítimos da agricultura familiar as famílias de conta-própria, as quais por definição não contratam empregados permanentes, mas podem empregar trabalhadores temporários sempre que necessário. As famílias de empregadores com até 2 empregados permanentes, que utilizam trabalhadores temporários, serão tratados como empresas familiares ou “farmers caboclos”, por representar uma categoria híbrida, como a própria denominação revela, onde não se separou ainda completamente a gestão do responsável pelo empreendimento do trabalho direto dos seus familiares e empregados (sobre a definição da categoria “farmers caboclo” ver da Silva, 1999 (DA SILVA, 1999).

Essas informações anteriormente apresentadas na Tabela 4 revelam os tipos de alterações ocorridas na composição estrutural dos diferentes tipos familiares em análise, ou seja, diante dos dados indicados, é possível evidenciar ou pelo menos levantar a hipótese de que parte das famílias que deixaram de integrar o grupo das famílias de conta-próprias, se tornaram agricultores familiares com mão de obra contratada (em torno de 19 mil famílias). No entanto, supõe-se que boa parte das 47 mil famílias de conta-próprias podem ter simplesmente abandonado às atividades agropecuárias transformando-se em famílias não agrícolas, mas continuando a viver no meio rural, ou terem se tornado famílias não ocupadas. Outra possibilidade é a de ter havido um êxodo das áreas rurais, mas este aspecto é ainda difícil de ser mensurado com os dados disponíveis.

Resumindo, a dinâmica dos tipos familiares revela uma mudança importante na estrutura de composição do universo dos tipos de famílias analisadas, que significa, de um lado, aumento muito importante de participação absoluta e relativa do número de famílias de empregadores com até 2 empregados⁵, de outro lado uma redução da participação relativa do conjunto mais importante da agricultura familiar (especialmente das famílias de conta-próprias). Finalmente, embora se possa ainda constatar que as famílias de conta-próprias prevaleçam na estrutura das áreas rurais do Rio Grande do Sul, os resultados apontam para uma evidente transição desse tipo familiar para o perfil de empregadores com até dois 2 empregados ou de migração para atividades não agrícolas, mas também de não ocupação. A tabela 5 permite evidenciar a dinâmica das transformações na agricultura familiar no período 2002 a 2009 no Rio Grande do Sul.

⁵ A primeira referência a chamar atenção para a presença das empresas familiares médias *tecnificadas* foi o livro de Bernard Sorj intitulado “Estados e Classes Sociais na Agricultura Brasileira”, publicado em 1980, ainda que nos anos 1970 era difícil tratar sobre a *estrutura de classes no campo* (SORJ, 1980).

Tabela 5 - Evolução dos tipos de famílias extensas, segundo o local de domicílio (Rural Agropecuário) no Estado do Rio Grande do Sul no período 2002 a 2009.

| LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | tx cresc. (% aa.) | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------------------------|-----|
| | | | | | | | | | 2002/2009 ^a | |
| NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO | | | | | | | | | | |
| Empregadores com até 2 empregados | 9 | 13 | 20 | 19 | 17 | 17 | 19 | 28 | 11,8 | *** |
| Agrícola | 4 | 8 | 12 | 10 | 11 | 9 | 10 | 20 | 15,4 | *** |
| Pluriativo | 5 | 5 | 8 | 9 | 6 | 8 | 8 | 8 | 6,5 | ** |
| Agrícola+Agrícola | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | - | - |
| Agrícola+não-agrícola | 4 | 5 | 6 | 6 | 5 | 7 | 7 | 5 | 5,4 | ** |
| Agrícola+Trab. Dom.. | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | - | - |
| Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - |
| Conta-próprias | 318 | 324 | 324 | 309 | 303 | 298 | 284 | 271 | -2,4 | *** |
| Agrícola | 240 | 248 | 238 | 226 | 218 | 200 | 214 | 198 | -3,1 | *** |
| Pluriativo | 78 | 75 | 86 | 83 | 85 | 98 | 71 | 73 | -0,4 | |
| Agrícola+Agrícola | 14 | 13 | 12 | 11 | 11 | 23 | 13 | 11 | 0,2 | |
| Agrícola+não-agrícola | 57 | 56 | 69 | 67 | 69 | 68 | 54 | 59 | 0,2 | |
| Agrícola+Trab. Dom.. | 6 | 5 | 5 | 3 | 5 | 6 | 2 | 2 | - | - |
| Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - |
| Agricultura Familiar Total | 326 | 336 | 344 | 328 | 320 | 315 | 303 | 299 | -1,7 | *** |
| Agrícola | 244 | 256 | 250 | 236 | 229 | 210 | 224 | 218 | -2,4 | *** |
| Pluriativo | 82 | 80 | 94 | 92 | 91 | 105 | 79 | 81 | 0,1 | |
| Agrícola+Agrícola | 15 | 14 | 13 | 13 | 12 | 23 | 14 | 13 | 0,8 | |
| Agrícola+não-agrícola | 61 | 61 | 75 | 74 | 74 | 75 | 62 | 65 | 0,6 | |
| Agrícola+Trab. Dom.. | 6 | 5 | 5 | 3 | 5 | 6 | 2 | 2 | - | - |
| Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - |

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do IE/UFU.

Nota 1: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Os dados da Tabela 5, primeiramente refletem uma queda no número total de famílias agricultores familiares. Em 2002, havia 326 mil famílias de agricultores familiares, já em 2009 o número total de famílias caiu para 299 mil. Isto representa uma queda de 1,7% no número de famílias de agricultores familiares no período.

O grupo dos agricultores familiares com mão de obra contratada apresentou uma evolução no número de famílias na ordem de 11,8%. No período de 2002 a 2009, 19 mil famílias passaram a integrar este grupo. Dentro do grupo dos pequenos empregadores, destaca-se o desempenho, em termos de participação, daquelas famílias classificadas como agrícolas. Aproximadamente 16 mil famílias ingressaram neste tipo familiar entre os anos de

2002 e 2009. Em contrapartida, as famílias de agricultores pluriativos apresentaram uma modesta evolução na ordem de 6,5% (3 mil famílias).

Os agricultores familiares conta-próprias apresentaram uma relevante perda de participação no número de famílias no período analisado. Aproximadamente 47 mil famílias (redução de 2,4%) deixaram de integrar este grupo de famílias. Dentro do subgrupo dos conta-próprias, os agricultores classificados como agrícolas apresentaram a maior perda de participação (42 mil famílias). Já os pluriativos reduziram em 5 mil famílias o seu contingente dentro do grupo dos conta-próprias.

A partir dos dados expostos, pode-se supor que os agricultores conta-próprias estariam se tornando empregadores com até 2 empregados. Porém considerando-se esta transição, ainda não é possível afirmar que este movimento seja responsável pela forte perda de participação dos agricultores conta-próprias. Aproximadamente 19 mil famílias passaram a ser classificadas como empregadores com até dois empregados. No entanto, 47 mil famílias deixaram de fazer parte do grupo dos conta-próprias, sendo assim a maior parte destas famílias abandonou o meio rural, e uma minoria dessas famílias passaram a trabalhar como assalariados no setor agropecuário.

A Tabela 6 apresenta as informações sobre a renda média do trabalho e a renda média familiar dos rendimentos exclusivamente do trabalho agrícola para cada tipo familiar, além da participação de cada um dos tipos familiares na apropriação da renda total do trabalho agrícola nos anos de 2002 e 2009.

A partir dos dados da Tabela 6 pode-se observar uma aparente hierarquia na distribuição da massa total da renda agrícola entre os tipos familiares. Por exemplo, a renda média familiar das famílias empregadoras com mais de dois empregados era, em 2009, quase 3 vezes superior à renda média das famílias de conta-próprias e quase 5 vezes superior à renda média da família de assalariados. Contudo, numa análise mais detalhada dos dados permite evidenciar que as famílias empregadoras com mais de 2 empregados permanentes ainda que representassem, em 2009, 1,2% (Tabela 4), apropriavam-se de 3,6% da renda total agrícola. Por outro lado, as famílias de assalariados e de conta-próprias representavam, em 2009, praticamente 92% do total de famílias com ocupados agrícolas (Tabela 4) e se apropriavam de 75,8% da renda agrícola total (Tabela 6).

Tabela 6 - Rendimentos médios do trabalho e rendas médias familiares oriundas de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009. (Em R\$ de set./2009).

| Tipo de Família | 2002 | | | 2009 | | | Variação Renda Fam. 2009-2002 (%) | |
|---|-------------------|------------------|-----------------|-------------------|------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------|
| | Renda Média Trab. | Renda Média Fam. | (%) Renda Total | Renda Média Trab. | Renda Média Fam. | (%) Renda Total | | |
| Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | 2.507,6 | 6.018,5 | 5,5 | 2.065,2 | 5.163,8 | 1,3 | - |
| | Plur. Trad. | - | - | 0,0 | - | - | 0,0 | - |
| | Plur. Inters. | 434,1 | 542,6 | 0,4 | 2.556,3 | 2.982,0 | 2,3 | - |
| | Total | 1.897,6 | 3.584,3 | 5,9 | 2.351,6 | 3.527,5 | 3,6 | - |
| Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 457,5 | 1.241,8 | 1,6 | 1.092,6 | 2.249,5 | 9,8 | 81,1 |
| | Plur. Trad. | 1.380,2 | 2.760,3 | 0,5 | 927,8 | 2.783,3 | 1,1 | - |
| | Plur. Inters. | 2.684,6 | 4.602,1 | 5,9 | 882,2 | 1.411,5 | 1,8 | -69,3 |
| | Total | 1.323,4 | 2.911,4 | 8,0 | 1.041,5 | 2.105,2 | 12,7 | -27,7 |
| Conta-própria | Agrícola | 257,3 | 685,5 | 52,1 | 551,8 | 1.216,3 | 52,1 | 77,4 |
| | Plur. Trad. | 302,8 | 787,3 | 3,6 | 812,6 | 2.266,9 | 5,5 | 187,9 |
| | Plur. Inters. | 380,3 | 760,6 | 15,2 | 564,1 | 998,0 | 13,4 | 31,2 |
| | Total | 278,8 | 705,1 | 71,0 | 568,4 | 1.210,3 | 71,0 | 71,7 |
| Assalariados | Agrícola | 312,9 | 611,5 | 12,2 | 381,2 | 701,4 | 8,5 | 14,7 |
| | Plur. Inters. | 315,1 | 514,8 | 2,8 | 631,6 | 732,1 | 4,1 | 42,2 |
| | Total | 313,3 | 590,6 | 15,1 | 438,2 | 711,2 | 12,6 | 20,4 |
| | Total | 320,6 | 765,7 | 100,0 | 596,9 | 1.197,6 | 100,0 | 56,4 |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Em relação à variação percentual das rendas médias familiares, a primeira impressão a partir da observação dos dados da Tabela 6 é o incremento na renda média das famílias ocupadas em atividades agrícolas. Em 2002 a renda mensal média das famílias era de R\$ 765,70, no entanto em 2009 os rendimentos médios passaram para R\$ 1.197,60 mensais (variação de 56,4%). Considerando o desempenho geral dos tipos familiares, destaca-se o desempenho das famílias de pluriativos tradicionais que apresentaram um acréscimo de 170% na renda média mensal entre 2002-2009.

As famílias compostas por conta-próprias que são os legítimos representantes da agricultura familiar apropriaram-se de 71% da renda média total das famílias de ocupados em atividades agrícolas no Rio Grande do Sul em 2009. Cabe lembrar que as famílias de conta-próprias são o maior grupo familiar tanto em termos de participação como de renda (70 e 71%

respectivamente). Dentro do grupo todos os tipos familiares apresentaram variação positiva em termos de evolução nos rendimentos. As famílias de pluriativos tradicionais aumentaram em 187,9% a sua renda média mensal, seguido pelos agrícolas e pluriativos intersetoriais com incrementos de 77,4 e 31,2% nos seus rendimentos no período 2002-2009.

Ainda acerca da agricultura familiar, o grupo dos empregadores com até 2 empregados, apresentou uma redução na renda média mensal de aproximadamente 28%. Neste grupo, as três categorias de trabalhadores apresentaram variações distintas. Os empregadores exclusivamente agrícolas aumentaram consideravelmente a média dos seus rendimentos médios mensais (81,1%), o grupo dos empregadores pluriativos tradicionais não apresentaram uma variação, porém os pluriativos intersetoriais reduziram drasticamente a renda mensal média (queda de 69,3%).

Em relação às famílias de assalariados, que em 2002 apresentavam renda média mensal de R\$ 590,60, no ano de 2009 passaram a contar com R\$ 711,20 mensais (aumento de 20,4%). Dentro do grupo de trabalhadores assalariados, as famílias pluriativas intersetoriais apresentaram uma maior evolução na renda média (aumento de 42,2%) em comparação às famílias onde seus membros atuavam unicamente no setor agrícola (+14,7%) no meio rural gaúcho.

Analisando a participação dos grupos no volume da renda total do setor agropecuário do Estado, se observa que o grupo dos empregadores com até dois empregados, mesmo que tenham apresentado uma variação negativa na renda, elevaram sua participação na renda total, passando de 8% para 12,7% do total, entre 2002 e 2009. Já as famílias de assalariados, que elevaram os seus rendimentos mensais, perderam participação na renda total do setor agrícola, passando de 15,1% para 12,6% do todo.

A Tabela 7 apresenta os resultados do desmembramento da composição das rendas médias dos diferentes grupos familiares ocupados em atividades agrícolas, em renda agrícola, não-agrícola, aposentadorias/pensões e outras fontes, nos anos de 2002 e 2009. Como se pode observar, a composição das rendas médias das famílias nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul, como um todo, não se alterou muito. A renda agrícola continua sendo a mais importante, compondo quase a metade da renda total das famílias. Duas outras fontes de renda praticamente compõem o restante da renda familiar: as rendas não-agrícolas e aquelas originárias de transferências sociais, as aposentadorias/pensões. As chamadas “outras rendas” relativamente menores, ficando ao redor de 5% na composição das rendas médias familiares.

Tabela 7 - Composição das Rendas Médias das famílias Extensas: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009 (R\$ set. 2009).

| LOCAL DOMICÍLIO / TIPOS DE FAMÍLIAS | AGRÍCOLA (%) | | NÃO-AGRIC. (%) | | APOS/PENS % | | OUT_FONT % | | 2002 |
|-------------------------------------|--------------|------|----------------|-------|-------------|------|------------|------|----------|
| | 2009 | 2002 | 2009 | 2002 | 2009 | 2002 | 2009 | 2002 | R\$ |
| RURAL AGROPECUÁRIO | 48,5 | 49,9 | 26,5 | 24,2 | 21,0 | 20,4 | 4,0 | 5,5 | 1.173,20 |
| Empreg.com mais de 2 empr | 26,5 | 43,5 | 67,2 | 44,3 | 6,0 | 8,1 | 0,3 | 4,1 | 4.118,31 |
| Agrícola | 91,7 | 94,1 | 0,0 | 0,0 | 8,3 | 5,9 | 0,0 | 0,0 | 6.398,43 |
| Pluriativo | 41,1 | 15,5 | 50,1 | 68,9 | 8,2 | 10,4 | 0,7 | 5,1 | 3.491,44 |
| Agrícola+não-agrícola | 41,1 | 15,5 | 50,1 | 68,9 | 8,2 | 10,4 | 0,7 | 5,1 | 3.491,44 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 96,4 | 82,4 | 3,6 | 9,3 | 0,0 | 8,2 | 3.130,25 |
| <i>Não-agrícola</i> | 0,0 | 0,0 | 96,2 | 82,4 | 3,8 | 9,3 | 0,0 | 8,2 | 3.130,25 |
| Empregadora com até 2empr | 58,7 | 67,7 | 17,9 | 21,9 | 17,6 | 3,4 | 5,9 | 7,0 | 3.796,11 |
| Agrícola | 71,7 | 59,7 | 0,0 | 0,0 | 23,4 | 10,8 | 4,9 | 29,5 | 2.081,46 |
| Pluriativo | 52,1 | 82,5 | 35,7 | 15,5 | 11,0 | 1,5 | 1,2 | 0,5 | 5.298,42 |
| Agrícola+Agrícola | 77,7 | 98,0 | 0,0 | 0,0 | 22,3 | 0,0 | 0,0 | 2,0 | 2.815,55 |
| Agrícola+não-agrícola | 42,2 | 81,4 | 48,7 | 16,6 | 7,5 | 1,6 | 1,7 | 0,4 | 5.652,59 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 78,0 | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 22,0 | 0,0 | 3.787,79 |
| <i>Não-agrícola</i> | 0,0 | 0,0 | 78,0 | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 22,0 | 0,0 | 3.787,79 |
| Conta-Própria | 63,0 | 58,4 | 15,3 | 17,2 | 18,7 | 20,5 | 3,0 | 3,9 | 1.132,65 |
| Agrícola | 74,6 | 70,4 | 0,0 | 0,0 | 21,6 | 25,0 | 3,8 | 4,6 | 980,64 |
| Pluriativo | 52,9 | 50,1 | 31,7 | 33,5 | 14,1 | 14,2 | 1,2 | 2,1 | 1.549,86 |
| Agrícola+Agrícola | 87,3 | 82,1 | 0,0 | 0,0 | 11,7 | 16,6 | 1,0 | 1,3 | 958,84 |
| Agrícola+não-agrícola | 45,7 | 44,4 | 38,6 | 38,9 | 14,6 | 14,4 | 1,2 | 2,3 | 1.705,83 |
| Agrícola+Trab. Dom.. | 51,1 | 63,5 | 27,6 | 24,5 | 14,0 | 10,7 | 7,3 | 1,2 | 1.472,57 |
| Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom | 12,8 | 37,2 | 60,0 | 59,5 | 25,4 | 0,0 | 1,8 | 3,3 | 2.121,52 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 83,0 | 84,0 | 12,8 | 10,5 | 4,2 | 5,5 | 1.313,60 |
| <i>Não-agrícola</i> | 0,0 | 0,0 | 81,1 | 82,8 | 15,6 | 11,4 | 3,3 | 5,9 | 1.312,14 |
| <i>Não-agrícola+Trab.Dom</i> | 0,0 | 0,0 | 89,4 | 99,8 | 3,8 | 0,0 | 6,8 | 0,2 | 1.332,09 |
| Assalariados | 27,9 | 36,7 | 53,3 | 46,3 | 14,1 | 10,1 | 4,7 | 7,0 | 1.026,06 |
| Agrícola | 76,9 | 76,6 | 0,0 | 0,0 | 15,1 | 10,2 | 7,9 | 13,2 | 812,82 |
| Pluriativo | 36,1 | 46,1 | 50,0 | 46,3 | 11,5 | 7,0 | 2,4 | 0,7 | 1.156,06 |
| Agrícola+não-agrícola | 24,4 | 38,0 | 57,3 | 52,7 | 15,7 | 8,7 | 2,6 | 0,5 | 1.286,84 |
| Agrícola+Trab. Dom.. | 65,3 | 68,9 | 30,4 | 29,9 | 1,8 | 0,0 | 2,5 | 1,2 | 905,36 |
| Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom | 23,6 | 30,1 | 63,0 | 45,8 | 13,4 | 24,1 | 0,0 | 0,0 | 1.309,19 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 80,8 | 85,2 | 14,8 | 11,0 | 4,3 | 3,8 | 1.258,34 |
| <i>Não-agrícola</i> | 0,0 | 0,0 | 82,0 | 85,6 | 14,6 | 11,3 | 3,5 | 3,1 | 1.309,87 |
| <i>Não-agrícola+Trab.Dom</i> | 0,0 | 0,0 | 70,5 | 82,5 | 17,3 | 8,2 | 12,3 | 9,3 | 957,84 |
| Não-ocupado na semana | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 88,3 | 83,3 | 11,7 | 16,7 | 723,12 |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Esse resultado está, de certa maneira, de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras fontes de renda são muito menos importantes” na composição da renda média familiar rural (MACKINNON et al., 1991). Para estes autores, como para nós, as três

fontes principais de renda são agrícolas, não-agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e/ou pensões.

Uma análise pormenorizada de cada um dos tipos de famílias é apresentada na sequência deste trabalho. Em relação às famílias conta-própria, é possível observar um pequeno aumento da participação das rendas agrícolas quando se comparam os anos de 2002 e 2009, e também uma leve redução da participação das rendas não agrícolas. A fonte de renda (aposentadorias/pensões) reduziu-se um pouco, especialmente entre as famílias de conta-próprias agrícola, representante mais legítima da agricultura familiar, mas ainda representa uma importante contribuição na renda familiar total, representando aproximadamente 1/5 da renda familiar total, sendo mais importante para as famílias agrícolas. Esse resultado confirma o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram. Os resultados da pesquisa de Delgado e Cardoso (2000) confirmam que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares. Os autores ainda sugerem que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais, se constituiria num mecanismo importante para conter o êxodo rural, e ao mesmo tempo funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência.

O aumento da participação das rendas agrícolas pode ser um reflexo da alteração mostrada pela renda agrícola das famílias de contas próprias agrícolas. A redução da participação das rendas não-agrícolas pode ser derivada da diminuição da participação das mesmas entre as famílias conta-própria pluriativas, e também das rendas das famílias conta-próprias não agrícolas na comparação dos anos de 2002 e 2009.

Em relação à composição das rendas médias das famílias de assalariados, as informações disponíveis mostram uma redução da participação das rendas agrícolas. Chama atenção também o crescimento da participação das rendas oriundas de aposentadorias/pensões, atingindo 14% do total da renda familiar. Essas mudanças na composição das rendas das famílias de empregados podem ser mais bem averiguadas quando se analisa o que ocorreu com os outros tipos de famílias de assalariados.

No grupo de famílias de empregados agrícolas, não se verificam alterações substanciais na composição das rendas, exceto o aumento da renda oriunda de transferências sociais, quando se comparam os anos de 2002 e 2009. Já, entre as famílias de empregados pluriativas, chama atenção o aumento da participação das rendas não agrícolas e de

aposentadorias/pensões e uma redução da participação das rendas agrícolas. Mas, é no grupo de famílias de empregados não agrícolas que se verifica alteração na composição da renda, o aumento da participação das rendas de aposentadorias/pensões, chegando a quase 15% do total das rendas deste grupo de famílias, simultaneamente à leve redução da participação das rendas não-agrícolas.

Em relação às famílias empregadoras com até 2 empregados nota-se uma redução da participação das rendas agrícolas e das rendas não agrícolas, em contrapartida é flagrante o aumento da renda oriunda de aposentadorias/pensões. Nas famílias empregadoras com até 2 empregados e agrícolas é que se observam as mudanças mais importantes: um aumento expressivo da proporção de rendas agrícolas e da fonte de renda aposentadoria/pensões, quando comparados os anos de 2002 e 2009.

A Tabela 8 apresenta os resultados relativos aos efeitos da apropriação da renda total agrícola dos distintos grupos de famílias inseridas no setor agrícola, considerando a influência da participação (número de famílias), da renda e da combinação de ambos na determinação da variação da renda, conforme metodologia utilizada na pesquisa.

No que diz respeito à participação relativa de cada tipo familiar, na totalidade da massa da renda agrícola gerada pelo conjunto dos tipos familiares, a Tabela 8 comprova na última coluna, que foram as famílias de empregadores com até 2 empregados as que exibiram aumento na participação relativa na distribuição da massa total da renda agrícola, no período analisado. Estas famílias elevaram de forma mais expressiva a participação relativa na massa de renda agrícola (aumento de 4,7%), passando de 8,0% em 2002 para 12,7% em 2009, conforme os dados da Tabela 6. Este crescimento foi devido ao ótimo desempenho das famílias agrícolas (com aumento de 8,2 pontos percentuais). Destaca-se que o “efeito participação” na composição deste índice, comprovando o que já havia sido apontado anteriormente quando da análise das informações da Tabela 4, referente ao crescimento do número de famílias deste tipo.

No que diz respeito às famílias de contas-próprias, estas não apresentaram “variação total” no período 2002 a 2009, conforme os dados apresentados na Tabela 5. Mas vale destacar que na decomposição dos efeitos pode-se verificar no caso das famílias agrícolas, que o “efeito participação”, praticamente anulou o “efeito renda” indicando o que os dados apresentados nas Tabelas 4 e 6 já indicavam. A renda média familiar deste grupo contribuiu com 6,9% para o crescimento da apropriação da renda total, a expressiva redução da participação desse tipo familiar na estrutura familiar (de 77,1% para 70,3%, conforme a

Tabela 4) contribuiu com 6,3 pontos percentuais para a redução na apropriação da renda total agrícola. Ou seja, apesar de uma redução importante do número de famílias agrícolas do universo da agricultura familiar, houve uma apropriação importante de renda neste tipo de famílias.

Tabela 8 - Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Rio Grande do Sul, 2002e 2009.

| TIPOS DE FAMÍLIAS | | Efeito Participação | Efeito Renda | Efeito Composto | Variação Total 2002-2009 |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------|-----------------|--------------------------|
| | Agrícola | - | - | - | - |
| Empregadora com mais de 2 empregados | Plur. Tradicional | - | - | - | - |
| | Plur. Intersetorial | - | - | - | - |
| | Total | - | - | - | - |
| | Agrícola | 6,9 | 0,3 | 1,1 | 8,2 |
| Empregadora com até 2 empregados | Plur. Tradicional | - | - | - | - |
| | Plur. Intersetorial | 3,3 | -4,8 | -2,7 | -4,1 |
| | Total | 19,5 | -4,3 | -10,5 | 4,7 |
| | Agrícola | -6,2 | 7,0 | -0,8 | 0,0 |
| Conta-própria | Plur. Tradicional | -0,6 | 3,0 | -0,5 | 1,9 |
| | Plur. Intersetorial | 0,7 | -2,5 | -0,1 | -1,9 |
| | Total | -6,3 | 6,9 | -0,6 | 0,0 |
| | Agrícola | -0,7 | -3,3 | 0,2 | -3,8 |
| Assalariados | Plur. Intersetorial | 1,7 | -0,3 | -0,2 | 1,3 |
| | Total | 1,3 | -3,5 | -0,3 | -2,5 |
| | Agrícola | -3,7 | 4,2 | -0,2 | 0,3 |
| Total | Plur. Tradicional | -0,3 | 3,0 | -0,2 | 2,5 |
| | Plur. Intersetorial | 4,8 | -6,3 | -1,3 | -2,8 |
| | Total | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

O grupo das famílias de assalariados foi o único tipo familiar apresentou variação total no período 2002-2009 negativa de 2,5%, conforme as informações Tabela 8. Esta variação negativa apresentada está relacionada à variação negativa apresentada pelas famílias de assalariados agrícolas, que apresentaram no período analisado uma redução de 3,8 no período analisado. Ao analisarmos os efeitos sobre a variação total, notamos que o efeito determinante foi “renda” o qual apresentou uma redução de 3,3.

Resumindo, pode-se destacar que as famílias de empregadores com até 2 empregados foi o tipo familiar que mais se diferenciou dos demais, tanto em termos do aumento de participação relativa no número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, quanto em termos de aumento de participação relativa na massa total da renda agrícola. A decomposição dos distintos efeitos responsáveis pela apropriação relativa da renda total agrícola, mostra ainda que o aumento da participação relativa das famílias de pequenos empregadores na apropriação da renda agrícola total se deveu mais ao aumento da participação relativa desse tipo familiar no conjunto das pessoas ocupadas na agricultura. De uma forma distinta, as famílias de contas-próprias não apresentaram variação total no período analisado. Esta ausência de variação deveu-se ao muito mais ao “efeito participação” do que ao “efeito renda” que foi de quase 7%.

Em relação às famílias de conta-próprias o crescimento da renda agrícola total deveu-se ao crescimento da renda deste tipo familiar em ritmo mais acelerado (71,7%) que a média do conjunto dos demais tipos familiares (56,4%), no período 2002-2009 no estado do Rio Grande do Sul (Tabela 6). Em relação à agricultura familiar os dados revelam a existência de um importante processo de diferenciação social tanto para “cima”, quanto para “baixo”. A diferenciação “para cima” implica no surgimento da categoria denominada por Graziano da Silva (1999), de “farmer caboclo”, conforme mencionado anteriormente. A proeminência desta categoria social se assenta também na afirmação de Abramovay e Veiga (1998), os quais consideram que a região Sul possui estados e municípios onde existe maior tradição de agricultores familiares com maior força econômica, e onde a agricultura familiar conseguiu se ligar a mercados dinâmicos. Mas, também cabe destacar que este fenômeno assume uma natureza bem mais complexa evidenciando também a presença de novos tipos de habitantes nas áreas rurais, como por exemplo, grupos de famílias que estão habitando as áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul, mas não exercem atividades produtivas, e outras famílias que fazem destas áreas, crescentemente, locais de moradia exercendo outras atividades, geralmente vinculadas ao setor de serviços e que não estão vinculadas às atividades agrícolas.

Este trabalho não visa explicar as razões determinantes do melhor ou pior desempenho apresentado por alguns dos tipos de famílias na apropriação da renda agrícola total, mas sim levantar algumas hipóteses que poderiam explicar os resultados encontrados na análise dos dados do período no Estado do Rio Grande do Sul. Em relação às famílias de assalariados, por exemplo, poderia se supor um aumento da sua capacidade produtiva relacionada a um maior nível de escolaridade, comparativamente às famílias de conta-próprias. As PNADs permitiram averiguar essa hipótese.

Neste sentido, a Tabela 9 traz as informações referentes às médias de anos de estudos da população ocupada nas atividades agrícolas, de acordo com os tipos familiares estudados. Pode-se verificar nesta tabela que as médias de anos de estudo dos membros (ocupados em atividades agrícolas) das famílias de assalariados são praticamente idênticas às médias dos membros de contas-próprias, e que estas médias não são altas.

Tabela 9 - Média de anos de estudos das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009.

| TIPOS DE FAMÍLIAS | | MÉDIAS DE ANOS DE ESTUDOS | | |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|------|------|
| | | 2002 | 2005 | 2009 |
| Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | 8,0 | 13,3 | 9,3 |
| | Pluriativa Tradicional | 10,0 | - | - |
| | Pluriativa Intersectorial | 9,2 | 8,5 | 9,3 |
| | Total | 8,8 | 9,5 | 9,3 |
| Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 7,6 | 5,8 | 6,4 |
| | Pluriativa Tradicional | 4,5 | 4,6 | 6,0 |
| | Pluriativa Intersectorial | 8,2 | 7,6 | 8,1 |
| | Total | 7,9 | 6,6 | 6,9 |
| Conta-própria | Agrícola | 4,3 | 4,5 | 5,2 |
| | Pluriativa Tradicional | 4,0 | 4,3 | 5,1 |
| | Pluriativa Intersectorial | 5,5 | 5,3 | 5,9 |
| | Total | 4,6 | 4,7 | 5,4 |
| Assalariados | Agrícola | 3,9 | 4,4 | 4,8 |
| | Pluriativa Intersectorial | 4,9 | 4,7 | 5,1 |
| | Total | 4,2 | 4,5 | 4,9 |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

As famílias de empregadores com mais de 2 empregados são as que apresentam uma média notavelmente superior às médias dos demais grupos familiares, cuja média, no ano de 2009, foi de 9,3 anos de estudo.

Em seguida, as famílias de empregadores com até 2 empregados apresentam a segunda melhor média de anos de estudo (quase 7 anos de estudos no ano de 2009), sendo esta superior a das famílias de conta-próprias e assalariados. Embora não sejam médias consideradas muito altas, pode-se associar à escolaridade o melhor desempenho, a partir do conjunto de dados, das famílias de pequenos empregadores no que se refere à sua maior participação relativa na apropriação da renda global, comparativamente aos outros tipos de famílias.

Em relação às famílias de contas-próprias (total), pode-se verificar, na tabela 9, que estas apresentaram um acréscimo de quase dois anos de estudo à média entre o período de 2002 a 2009. A média de anos de estudo deste grupo é de 5,4 anos, com destaque para as

famílias pluriativas intersetoriais, que apresentaram o melhor desempenho dentro do grupo de agricultores familiares, indicando que para o exercício de atividade remunerada há necessidade de elevação do nível de escolaridade, tornando-se um requisito fundamental para a pluriatividade das famílias.

Os dados até aqui apresentados de certa forma contestam o que a literatura⁶ utilizada neste trabalho sugere. Tal literatura considera a agricultura familiar um segmento de produtores subordinados à lógica dos capitais que orbitam em seu entorno, cujas relações se dão através dos distintos mercados (máquinas, insumos, crédito). Esta subordinação ocorre no sentido de que quem comanda a dinâmica produtiva e tecnológica da agricultura familiar, são os interesses arraigados em tais mercados, fato que determina que a dinâmica tecnológica a ser utilizada pelas unidades produtivas familiares ocorra em sua maior parte, por aqueles capitais em detrimento dos produtores diretos familiares. Ou seja, apesar de ocorrer aumento de renda, há também o efeito de exclusão crescente dos agricultores menos capitalizados e a mobilidade dos que conseguiram acompanhar o *treadmill* tecnológico da agricultura. Isto faz com que apenas uma pequena parcela da agricultura familiar se aproprie do aumento da renda agrícola, e milhares de famílias desempenhem outras atividades apesar de continuar a viver nas áreas rurais.

No Rio Grande do Sul, considerando-se o desempenho das famílias compostas por agricultores familiares (conta-próprias e empregadores com até 2 empregados), comparadas as de assalariados e as de agricultores patronais, esta categoria foi a única que evoluiu no quesito apropriação de renda no período analisado. No ano de 2002, 79% do total dos rendimentos dos trabalhadores ocupados em atividades agrícolas foi apropriado pelas famílias de agricultores familiares. Já em 2009, esta participação na apropriação da renda aumentou para 83,7%. Cabe ressaltar que esta variação positiva se atribui à dinâmica das famílias de pequenos empregadores. No entanto, confrontando as Tabelas 4 e 6, pode-se notar ainda em relação à hierarquia – citada anteriormente - na distribuição dos rendimentos agrícolas que, em 2009, a apropriação da renda agrícola das famílias de empregadores com mais de 2 empregados (agricultura patronal) na renda agrícola total (3,6%, de acordo com a Tabela 6) correspondia a 3 vezes a participação desse tipo familiar no total das famílias ocupadas na agricultura gaúcha (1,2%, conforme a Tabela 4) – no caso das famílias de contas-próprias essa relação era de apenas 1,01 vezes, sendo menor ainda no caso das famílias de assalariados (0,9

⁶Guimarães (1978), Sorg (1980), da Silva (1982)), Rangel (1983), Wanderley (1985) e Thomaz Jr. (2008).

vezes). Essas observações serviram de base para a construção das tabelas 10 e 11 que desagregam os dados das tabelas anteriores.

Tabela 10 - Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos de famílias: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009.

| TIPO DE FAMÍLIA | | | 2002 | | | | 2009 | | | | Variação (%) 2009-2002 | |
|-------------------------------|--|--------------------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|---------------------------|--------------|
| | | | Pessoas | | Famílias | | Pessoas | | Famílias | | Pessoas | Famílias |
| | | | N | % | N | % | N | % | N | % | | |
| Famílias de não-proprietários | Conta-própria | Agrícola | 112 | 11,1 | 44 | 10,2 | 79 | 9,8 | 36 | 9,0 | -29,7 | -16,9 |
| | | Pluriativa Tradicional | 11 | 1,1 | 5 | 1,3 | 4 | 0,6 | 2 | 0,6 | -58,8 | -58,8 |
| | | PluriativaInte rsetorial | 17 | 1,6 | 14 | 3,3 | 21 | 2,6 | 15 | 3,8 | 26,2 | 9,0 |
| | | Total | 139 | 13,8 | 63 | 14,8 | 104 | 13,0 | 54 | 13,4 | -25,4 | -14,7 |
| | Empregad ora com mais de 2 empregado s | Agrícola | 7 | 0,7 | 3 | 0,7 | 3 | 0,4 | 1 | 0,3 | -57,3 | -59,1 |
| | | PluriativaInte rsetorial | 3 | 0,3 | 2 | 0,5 | 4 | 0,5 | 3 | 0,8 | 51,1 | 37,7 |
| Famílias de proprietários | Empregad ora com até 2 empregado s | Agrícola | 12 | 1,2 | 4 | 1,0 | 37 | 4,6 | 18 | 4,6 | 215,9 | 333,5 |
| | | Pluriativa Tradicional | 1 | 0,1 | 1 | 0,1 | 5 | 0,7 | 2 | 0,4 | 361,7 | 207,8 |
| | | PluriativaInte rsetorial | 7 | 0,7 | 4 | 1,0 | 8 | 1,0 | 5 | 1,2 | 16,1 | 11,4 |
| | Total | 20 | 2,0 | 9 | 2,1 | 50 | 6,3 | 25 | 6,2 | 152,6 | 174,7 | |
| | Conta-própria | Agrícola | 538 | 53,2 | 203 | 47,3 | 371 | 46,2 | 169 | 41,9 | -31,0 | -16,6 |
| | | Pluriativa Tradicional | 27 | 2,7 | 9 | 2,2 | 28 | 3,5 | 9 | 2,4 | 2,4 | 2,4 |
| PluriativaInte rsetorial | | 114 | 11,3 | 52 | 12,3 | 93 | 11,6 | 49 | 12,1 | -18,3 | -7,1 | |
| Total | 679 | 67,2 | 264 | 61,7 | 492 | 61,3 | 227 | 56,4 | -27,5 | -14,1 | | |
| Assalariados | Agrícola | 133 | 13,2 | 69 | 16,0 | 109 | 13,6 | 60 | 14,8 | -17,9 | -13,0 | |
| | PluriativaInte rsetorial | 29 | 2,9 | 18 | 4,2 | 33 | 4,1 | 28 | 7,0 | 12,1 | 56,4 | |
| | Total | 163 | 16,1 | 87 | 20,2 | 142 | 17,7 | 88 | 21,8 | -12,5 | 1,4 | |
| TOTAL | Agrícola | 802 | 79,3 | 322 | 75,1 | 605 | 75,3 | 287 | 71,2 | -24,6 | -10,9 | |
| | Pluriativa Tradicional | 39 | 3,9 | 15 | 3,6 | 38 | 4,7 | 14 | 3,4 | -3,9 | -11,5 | |
| | PluriativaInte rsetorial | 170 | 16,8 | 91 | 21,3 | 161 | 20,0 | 102 | 25,4 | -5,4 | 12,1 | |
| | Total | 1011 | 100,0 | 428 | 100,0 | 804 | 100,0 | 403 | 100,0 | -20,5 | -6,0 | |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

A agricultura familiar e patronal foram divididas entre: i) famílias de proprietários: famílias que declararam na PNAD serem detentoras de títulos jurídicos de propriedade dos seus estabelecimentos produtivos; e ii) famílias de não proprietários: famílias não detentoras de tais títulos jurídicos. O objetivo maior dessa nova análise é testar a hipótese se o fato de *for ou não* proprietário do seu estabelecimento produtivo altera o perfil de participação relativa na apropriação da renda global da agricultura, particularmente para o caso das famílias de contas-próprias (o maior contingente da agricultura familiar). A tabela 10 refere-se à evolução do número de famílias de agricultores, seguindo a classificação proposta, segmentando estes grupos desmembrando-os em grupos de famílias de proprietários e não proprietários nos anos de 2002 e 2009.

A tabela 11 refere-se à comparação do rendimento médio familiar e rendimento médio do trabalho, seguindo a classificação proposta, considerando os grupos de agricultores familiares contas-próprias, empregadores com até 2 empregados e empregadores com mais de 2 empregados, segundo famílias de proprietários e não proprietários nos anos de 2002 e 2009.

Uma análise comparada das Tabelas 10 e 11 sugere que, do ponto de vista da participação relativa na apropriação da massa de renda total da agricultura, há uma certa diferenciação entre as famílias de conta-próprias proprietárias e as famílias de conta-próprias não-proprietárias. Em 2009, as famílias de proprietários do grupo de pequenos empregadores (a fração expressivamente menor da agricultura familiar) exibiam uma participação relativa na renda total agrícola 13 vezes maior que a participação relativa de suas congêneres não-proprietárias (11,7% contra 0,9%), que se devia tanto à maior participação no número total de famílias ocupadas no setor agrícola (6,2% das famílias contra 0,9%) quanto à maior renda média familiar (2.228 mil contra 1.165 reais).

Essas observações são também pertinentes para o caso das famílias de contas-próprias proprietárias. Em outras palavras, em 2009 o rendimento médio dessas famílias também era bastante superior (32,7%) ao das suas congêneres não proprietárias (R\$ 1.255,70 contra R\$ 946,00). Assim, tanto a maior participação no total das famílias, 56,4% de contas-próprias proprietários versus 13,4% de contas-próprias não proprietários (conforme dados contidos na Tabela 10), quanto o maior rendimento médio das famílias de contas-próprias proprietárias explicariam sua maior apropriação da renda total agrícola em comparação às famílias de contas-próprias não proprietárias: 59,9% contra 10,7% (Tabela 11), correspondente a uma diferença de 49,2% pontos percentuais.

Tabela 11 - Rendimento médio familiar e rendimento médio do trabalho das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos de famílias: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009. (Em R\$ de set./2009).

| TIPOS DE FAMÍLIAS | | 2002 | | | 2009 | | | Varição (%) 2009-2002 | |
|-------------------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------------|---------------|----------------------|-------------------------|---------------|--------------------------|-------|
| | | Renda Média Familiar | Renda Média do Trabalho | % Renda Total | Renda Média Familiar | Renda Média do Trabalho | % Renda Total | Renda Média Familiar | |
| Famílias de não proprietários | Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | - | - | 0,0 | 1525,2 | 610,1 | 0,8 | - |
| | | Pluriativa Inter | - | - | 0,0 | 561,5 | 668,8 | 0,2 | - |
| | | Total | - | - | 0,0 | 1165,2 | 619,9 | 0,9 | - |
| | Conta-própria | Agrícola | 475,2 | 184,8 | 6,4 | 949,7 | 436,9 | 7,2 | 99,8 |
| | | Pluriativa Trad | 664,4 | 332,3 | 1,1 | 2224,5 | 1112,2 | 1,0 | 234,8 |
| | | Pluriativa Inter | 436,8 | 375,5 | 1,9 | 752,8 | 558,6 | 2,4 | 72,3 |
| | | Total | 482,8 | 218,8 | 9,4 | 946,0 | 490,2 | 10,7 | 95,9 |
| Famílias de proprietários | Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | 6.018,5 | 2507,6 | 5,4 | 5.163,8 | 2.065,2 | 1,3 | -14,2 |
| | | Pluriativa Inter | 542,6 | 434,1 | 0,4 | 3.337,6 | 2.434,1 | 2,2 | 515,1 |
| | | Total | 3.584,3 | 1897,6 | 5,8 | 3.832,3 | 2.285,1 | 3,5 | 6,9 |
| | Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 1.296,4 | 475,2 | 1,7 | 2.334,5 | 1.174,4 | 9,1 | 80,1 |
| | | Pluriativa Trad | 2.760,3 | 1380,2 | 0,5 | 2.783,3 | 927,8 | 1,0 | 0,8 |
| | | Pluriativa Inter | 4.440,7 | 2643,7 | 5,9 | 1.606,3 | 917,9 | 1,6 | -63,8 |
| | | Total | 2.861,7 | 1306,2 | 8,1 | 2.228,2 | 1.105,9 | 11,7 | -22,1 |
| | Conta-própria | Agrícola | 721,2 | 271,4 | 45,2 | 1.258,9 | 572,5 | 44,7 | 74,6 |
| | | Pluriativa Trad | 863,3 | 293,9 | 2,5 | 2.237,8 | 761,8 | 4,5 | 159,2 |
| | | Pluriativa Inter | 831,7 | 383,1 | 13,5 | 1.053,4 | 551,5 | 10,8 | 26,6 |
| | | Total | 748,1 | 291,1 | 61,1 | 1.255,7 | 579,2 | 59,9 | 67,9 |
| | Assalariados | Agrícola | 603,3 | 310,1 | 12,8 | 703,6 | 383,3 | 8,8 | 16,6 |
| Pluriativa Inter | | 506,1 | 311,8 | 2,8 | 734,7 | 631,4 | 4,3 | 45,2 | |
| Total | | 583,1 | 310,4 | 15,6 | 713,6 | 440,5 | 13,2 | 22,4 | |
| TOTAL | Agrícola | 718,1 | 288,1 | 71,4 | 1.192,0 | 564,9 | 71,8 | 66,0 | |
| | Pluriativa Trad | 864,6 | 336,5 | 4,1 | 2.307,5 | 826,8 | 6,6 | 166,9 | |
| | Pluriativa Inter | 867,3 | 466,3 | 24,5 | 1.004,3 | 639,9 | 21,6 | 15,8 | |
| | Total | 755,1 | 319,9 | 100,0 | 1.181,8 | 592,1 | 100,0 | 56,5 | |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

A despeito dessa questão estatística, está evidente a superioridade dos grupos de proprietários sobre os não-proprietários. Anteriormente já havia sido citada a questão da subordinação das famílias de contas-próprias aos capitais que se apropriam do sobre trabalho

dessas unidades produtivas familiares⁷, e a isso se atribuiu o baixo desempenho dessas famílias na apropriação relativa da renda total agrícola. Essa análise cabe tanto para o grupo de famílias de contas-próprias proprietárias evidentemente, como para as famílias de contas-próprias não-proprietárias. Não ser proprietário eleva aquela situação de subordinação, pois além da apropriação do excedente pelos capitais os não-proprietários (arrendatários, meeiros, parceiros, etc.) tem que pagar a renda da terra aos proprietários⁸. Essa situação precária do grupo de não proprietários pode ser o determinante para explicar a inferioridade na apropriação relativa da renda agrícola global, comparativamente ao grupo de contas-próprias proprietários.

Por fim, ainda sobre a diferença entre agricultores familiares proprietários e não-proprietários, já explicitamos que os agricultores que são proprietários se apropriam de maiores parcelas do valor gerado no processo produtivo, pois não têm que pagar pelo uso da terra como acontece no caso dos arrendatários e parceiros (não-proprietários). Contudo, é pertinente destacar que Aquino *et. al.* (2012) ressaltam que muitos agricultores familiares que se declaram donos da pequena propriedade onde trabalham, não têm o título formal da terra, o que limita suas chances de gerar renda, tendo em vista que não conseguem oferecer as garantias reais exigidas pelos bancos para a concessão de financiamentos rurais.

A Tabela 12 apresenta os resultados referentes à decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos familiares no Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2002 e 2009.

Numa análise mais geral, observa-se uma variação positiva na apropriação da renda por parte das famílias ocupadas no meio agrícola no Estado do Rio Grande do Sul, no período analisado. Analisando-se cada um dos tipos de famílias em particular, observamos singularidades.

⁷ Wanderley (1985) considera apenas formais as propriedades dos agricultores “trabalhadores para o capital”, uma vez que a propriedade real é do capital que mais se apropria do conteúdo econômico produzido em tais propriedades. Rangel (1983) denunciava o grilhão da estrutura de comercialização à qual se submetia o que hoje chamamos de agricultura familiar, e Guimarães (1978), por sua vez, mostrava a lógica desfavorável da “tesoura de preços” para o elo frágil da cadeia agrícola-indústria, ambos os autores ressaltando a não apropriação do sobre trabalho pelo elo frágil que o produz.

⁸ Feijó (2010) apresenta resultados que mostram a importância do título de propriedade para melhorar o desempenho produtivo dos assentados de reforma agrária e da agricultura familiar em geral.

Tabela 12 - Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos familiares: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009.

| TIPO DE FAMÍLIA | | Efeito Participação | Efeito Renda | Efeito Composto | Variação Total (2002/2009) | |
|-------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|--------------|-----------------|----------------------------|------|
| Famílias de não proprietários | Agrícola | -0,7 | 1,8 | -0,2 | 0,8 | |
| | Conta-própria | Pluriativa Tradicional | -0,5 | 0,9 | -0,4 | -0,1 |
| | | Pluriativa Intersectorial | 1,1 | -0,4 | -0,2 | 0,5 |
| | | Total | -0,6 | 2,0 | -0,1 | 1,3 |
| Famílias de proprietários | Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | -2,5 | -3,0 | 1,4 | -4,1 |
| | | Pluriativa Intersectorial | 0,4 | 0,8 | 0,7 | 1,9 |
| | | Total | -0,4 | -2,0 | 0,1 | -2,3 |
| | Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 5,1 | 0,6 | 1,7 | 7,4 |
| | | Pluriativa Tradicional | 2,4 | -0,3 | -1,5 | 0,5 |
| | | Pluriativa Intersectorial | 2,7 | -4,8 | -2,2 | -4,3 |
| | Total | 17,6 | -4,4 | -9,5 | 3,7 | |
| | Conta-própria | Agrícola | -5,9 | 6,3 | -0,8 | -0,5 |
| | | Pluriativa Tradicional | 0,7 | 1,0 | 0,3 | 2,0 |
| | | Pluriativa Intersectorial | 0,4 | -3,0 | -0,1 | -2,7 |
| | | Total | -5,4 | 4,6 | -0,4 | -1,2 |
| | Assalariados | Agrícola | 0,4 | -4,2 | -0,1 | -4,0 |
| Pluriativa Intersectorial | | 1,2 | 0,3 | 0,1 | 1,5 | |
| Total | | 1,6 | -3,6 | -0,4 | -2,4 | |
| TOTAL | Agrícola | -3,6 | 4,2 | -0,2 | 0,4 | |
| | Pluriativa Tradicional | 0,9 | 1,3 | 0,3 | 2,5 | |
| | Pluriativa Intersectorial | 4,7 | -6,3 | -1,2 | -2,9 | |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

No caso das famílias de conta-próprias e proprietárias houve uma variação geral negativa na apropriação da renda agrícola na ordem de 1,2, determinado pelo *efeito participação*, apesar de ocorrer do “efeito renda” ser positivo e da ordem de 4,6. No caso das famílias de conta-próprias agrícolas e proprietárias, detecta-se que o *efeito participação* sobrepujou o efeito renda e determinou uma variação final negativa no período 2002-2009. No caso das famílias conta-próprias e não proprietárias, o efeito participação foi menor e resultou numa variação positiva de 1,3.

Em relação às famílias de empregadoras com até 2 empregados apenas podemos verificar a apropriação da renda no caso das famílias proprietárias. Neste particular, houve uma variação positiva de 3,7, no período analisado (2002-2009), o qual foi fortemente

determinado pelo “efeito participação”. No caso das famílias agrícolas e proprietárias também se verificou uma variação positiva muito determinada pelo “efeito participação” que alcançou o índice de 5,1.

Em síntese, estes resultados confirmam os resultados que foram encontrados anteriormente, destacando a mobilidade das famílias rurais no meio rural gaúcho, e uma apropriação de renda importante por parte das famílias empregadoras com até 2 empregados e proprietárias dos estabelecimentos no período 2002-2009.

Ainda que tenha ocorrido uma apropriação de renda por parte das famílias de conta-próprias, vale destacar que a variação final foi influenciada negativamente pela grande mobilidade das famílias deste grupo. Ainda assim, podemos de alguma maneira afirmar que pode estar ocorrendo um processo importante de diferenciação social no meio rural gaúcho emergindo um grupo de agricultores familiares cada vez mais especializados. Mas, também há uma parcela significativa de agricultores que estão envolvidos em outras atividades fazendo com que haja importantes e complexas transformações no meio rural na última década, conforme os dados de pesquisa anteriormente apresentados nesta dissertação.

4.2 RESUMOS E CONCLUSÕES

A análise dos dados das tabelas anteriormente descritas possibilita que se apontem algumas conclusões, acerca do comportamento dos distintos grupos familiares agrícolas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Ficou nítida a redução do número de famílias ocupadas em atividades agrícolas no Estado, entre os anos de 2002 e 2009. De acordo com os dados da Tabela 4, houve uma redução de 6,5% no número de famílias atuantes no setor agrícola. Este movimento indica uma tendência de abandono das atividades agrícolas, e uma adesão a atividades de outros setores da economia gaúcha. Também, pode-se sugerir que muitas famílias estão deixando de residir no meio rural e migrando para grandes centros.

Com relação à agricultura familiar (famílias de conta-próprias e empregadores com até dois empregados), os resultados da Tabela 4 evidenciam a considerável importância destes grupos na agricultura do Estado, já que do total de famílias ocupadas no setor agrícola no ano de 2009, a grande maioria (77,5%) era composta por agricultores familiares. Mesmo que a análise dos dados indique uma pequena redução no número dessas famílias no período

analisado, é inegável que a agricultura familiar é extremamente representativa no agronegócio gaúcho.

Considerando os grupos familiares de conta-próprias e pequenos empregadores, percebe-se uma tendência de alteração na estrutura da composição destes dois grupos familiares. Ocorreu um movimento, onde inúmeras famílias de agricultores conta-próprias se transformaram em famílias de empregadores com até dois empregados. A esta transição podemos apontar algumas razões, como uma maior especialização da agricultura familiar, agregando uma redução na penosidade das atividades agrícolas pela maior divisão do trabalho, além de melhorias estruturais, maior tecnificação e um conseqüente crescimento e desenvolvimento destas empresas rurais.

É importante ressaltar que há um envelhecimento da população rural, já que muitos jovens estão buscando outros mercados, conseqüentemente há uma redução da oferta de mão de obra dentro das famílias. Esta situação exige, em muitos casos, uma reestruturação do sistema de produção destas propriedades, no sentido de se torne importante a busca por mão de obra contratada. Outro fator que pode estar relacionado à transição de uma agricultura familiar com a presença de empregados contratados, é a especialização das propriedades. O sistema de empresas integradas, nos últimos anos, vem se caracterizando como uma boa alternativa econômica para os agricultores familiares, principalmente nos casos da avicultura, suinocultura e bovinocultura leiteira. Além do interesse das empresas integradoras pela adesão de novos parceiros no campo, há uma demanda crescente destas empresas por produtividade, e isto se reflete em maior especialização da propriedade e em muitos casos culmina na elevação dos rendimentos e na necessidade contratação de empregados.

Com referência a variação da renda média mensal dos diferentes grupos familiares apresentados, chama atenção à renda das famílias de empregadores com mais de 2 empregados. No ano de 2009, eles possuíam rendimentos três vezes superiores à renda média mensal dos conta-próprias e cinco vezes maior que a das famílias de assalariados. Há que considerar que os grandes empregadores representavam uma pequena fatia (3,6%) do total das famílias agrícolas. As famílias de conta-próprias e assalariados, conforme a Tabela 4 concentrava 92% do total de famílias agrícolas e 75,8% da renda agrícola total. Desta forma os dados da Tabela 5 enfatizam a importância dos grupos familiares, menos abastados, no setor agrícola gaúcho.

As famílias de empregadores com até 2 empregados apresentaram uma redução significativa na renda média mensal. No entanto, a participação do grupo na renda total do setor agrícola evoluiu de consideravelmente, sendo que este grupo foi o único com variação

positiva em termos de participação na renda total do setor, e a isto pode-se atribuir o forte aumento no número famílias que compõem este grupo. Em contrapartida, as famílias de conta-próprias apresentaram um satisfatório incremento na renda média mensal do grupo, porém sem alterar a sua participação na renda agrícola total.

Os dados contidos na Tabela 8 reforçam o que foi observado acerca do desempenho das famílias de pequenos empregadores e conta-próprias. A análise dos diferentes efeitos da apropriação da renda total do setor agrícola comprova que o efeito participação, foi o grande responsável pelo bom desempenho das famílias de pequenos empregadores, tanto na participação relativa no número total de famílias, como na participação na massa total da renda agrícola. No caso do grupo dos conta-próprias, o efeito renda foi o fator determinante para o incremento na renda média mensal deste grupo.

Outra questão a ser considerada é a evidente superioridade dos grupos de proprietários sobre os não-proprietários. Não ser proprietário eleva a situação de subordinação, pois estas famílias têm de arcar com os custos pelo uso da terra, o que limita suas possibilidades de crescimento. No entanto, os dados expostos não permitem que se relacione o fato de ser proprietário de título de terra a apropriação de renda no setor agropecuário. Também neste sentido, os dados relatados acerca de escolaridade dos trabalhadores do meio rural não influenciaram na apropriação da massa total da renda agrícola, considerando que as variações das médias de anos de estudo dos diferentes grupos ocupacionais familiares, não são significativas a ponto de serem determinantes na renda agrícola.

O movimento de redução do número de famílias empregadas no setor agropecuário, aliado ao aumento da renda média mensal dos grupos analisados, sugere que a concentração de renda evoluiu no período analisado. Podemos apontar também que se agravou o fenômeno de exclusão no meio rural, já que se registrou ao longo da década passada, um forte movimento de abandono de famílias do setor agrícola, aliado a evolução da renda média das famílias remanescentes.

Por fim, diante dos dados das tabelas anteriormente descritas, podemos apontar que o grupo familiar de empregadores com até dois empregados, foi o que mais se diferenciou dos demais, tanto no aumento na participação relativa do número de famílias inseridas no setor agrícola, como no aumento da participação na renda total agrícola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados desta pesquisa permite que se destaque alguns aspectos a respeito do problema de pesquisa abordado nesta dissertação de mestrado. Inicialmente pode-se apontar que o grupo familiar que mais se diferenciou dos demais quanto a sua participação na apropriação da renda total do setor agrícola, foi o tipo familiar dos empregadores com até dois empregados. O notável desempenho deste grupo foi fortemente influenciado pela conversão de muitas famílias de conta-próprias, que se transformaram em empregadores com até dois empregados. Esta situação retrata o perfil que a agricultura familiar vem assumindo no Rio Grande do Sul, ou seja, uma agricultura familiar mais próxima do que se convencionou denominar na literatura de “farmer caboclo”, ou seja, uma agricultura familiar mais especializada e tecnificada. Em contrapartida, o grupo familiar dos empregadores com até dois empregados apresentou uma sensível redução na renda média mensal familiar. Este deflagra a ocorrência daquele movimento anteriormente destacado, onde há uma tendência da agricultura familiar de aderir às tecnologias de produção e ao uso de práticas modernas. Este processo encontra-se atrelado aos tipos de investimentos realizados, e a redução na média dos rendimentos mensais dos pequenos empregadores está diretamente relacionada à amortização de investimentos contratados através do crédito agrícola. E, em muitos casos, está relacionada ao endividamento de agricultores em um nível mais crítico.

Ademais, ficou nítida a predominância da agricultura familiar, principalmente por conta das famílias de conta-próprias (principal grupo da agricultura familiar), tanto pela sua participação no contingente de famílias ocupadas em atividades agrícolas, quanto na participação relativa da renda total agrícola. Os dados analisados indicam que o segmento da agricultura patronal e de trabalhadores assalariados, são consideravelmente menos representativos no setor agrícola gaúcho, quanto ao número de famílias ocupadas na agricultura e a participação no volume total da renda agrícola.

O desempenho importante da agricultura familiar neste período, se explica tanto pela *performance* dos pequenos empregadores em relação a apropriação de renda – muito em função de uma forte adesão de novas famílias a este grupo - como também na variação positiva da renda média mensal dos conta-próprias. A análise da decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda agrícola justifica este desempenho importante da agricultura familiar. No caso do tipo familiar dos empregadores com até 2 empregados, foi fundamental o grande acréscimo no número de famílias que passaram a integrar este grupo. Com relação ao grupo de famílias de conta-próprias, o efeito renda foi fundamental para o aumento dos

rendimentos, no entanto, a perda de participação no número de famílias deste grupo familiar anulou o efeito renda, fazendo com que praticamente não houvesse variação quanto à apropriação da renda total por parte das mesmas.

A interpretação dos dados referentes à média de “anos de escolaridade” e “propriedade ou não de estabelecimento agropecuário”, neste caso em particular, permite sugerir que estas variáveis não influenciaram a dinâmica da apropriação da renda agrícola. Os dados apresentados nesta dissertação não permitiram utilizar estas variáveis como fontes de explicação para a questão da apropriação da renda ou verificar o desempenho dos grupos familiares analisados com relação ao que foi proposto.

Apesar do destaque dado ao desempenho da agricultura familiar em relação às variáveis analisadas, é pertinente ressaltar que ainda há uma nítida hierarquia de forte desigualdade na apropriação da renda global agrícola, destacadamente a favor da agricultura patronal no meio rural gaúcho. Fazendo-se um recorte para a agricultura patronal, esta categoria representa uma parcela muito reduzida do número de pessoas e famílias envolvidas no setor agrícola (1,2%). Porém, ainda assim este segmento, representado nesta pesquisa pelo grupo dos empregadores com mais de 2 empregados, possui rendimentos mensais 3 vezes superiores ao dos conta-próprias e quase 5 vezes maior que o das famílias de trabalhadores assalariados.

Os dados desta pesquisa podem representar mais uma ferramenta de diagnóstico do perfil da apropriação da renda agrícola, no Estado do Rio Grande do Sul. De tal forma que possam colaborar na discussão acerca da elaboração de novas políticas públicas direcionadas à mitigação das desigualdades na apropriação da renda agrícola, ao combate à pobreza no meio rural e à valorização ainda maior da agricultura familiar e fortalecer sua relação com o capital mercantil, no sentido de atenuar a dependência desta categoria, principalmente ao crédito agrícola, estabelecendo uma condição de maior autonomia e a consequente capitalização por parte desta esfera de produtores agrícolas no meio rural gaúcho.

Finalmente, vale destacar que esta pesquisa poderia ser realizada nos anos mais recentes para dar continuidade à série histórica de dados e verificar se as tendências verificadas nesta pesquisa permanecem num período de tempo mais longo, ou seja, se estas transformações são de naturezas circunstanciais ou estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. D. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 1998.
- AGUIAR, P. D.-S.; BORBA, M. M. Z.; DA SILVA, P. R. C. **Evolução do Desempenho Econômico-Financeiro das Maiores empresas do Agronegócio Brasileiro 1999-2003. 44th Congress.** SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRACAO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER) Fortaleza, Ceará, Brazil. 2006.
- ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, n. 1, 2007.
- ALVES, E.; CONTINI, E. Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 37-51, 2005.
- BATALHA, M. O. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 30, n. 4, 1995.
- BATALHA, O. **Gestao agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais.** Atlas, 1997.
- BEAUD, M. **História do capitalismo: de 1500 até os nossos dias.** Brasiliense, 1999.
- BENETTI, M. D. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: CONCEIÇÃO, O. A.;GRANDO, M. Z. e TERUCHKIN, S. U. (Ed.). **O movimento da produção.** Porto Alegre - Brasil: FEE, 2010.
- BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. D.; MARQUES, R. W. D. C. Crescimento agrícola no período 1999/2004: a explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. **Economia Aplicada**, v. 10, p. 249-266, 2006.
- BRASIL. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: 267 p. 2006.
- CAMPOS, A. C.; DE PAULA, N. M. A evolução da agropecuária brasileira nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 4, p. 177-199, 2002.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-75.** Fundação de Economia e Estatística, 1984.
- CORRÊA, A.; FIGUEIREDO, N. D. Modernização da agricultura brasileira no início dos anos 2000: uma aplicação da análise fatorial. **Revista GEPEC**, v. 10, n. 2, p. 82-99, 2006.
- DA SILVA, J. **Complexos agroindustriais e outros complexos.** UNICAMP, 1991.

DA SILVA, J. F. G. A pequena produção e as transformações na agricultura brasileira. In: DA SILVA, J. F. G. (Ed.). **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro - Brasil: Zahar Editores, 1982.

_____. **Tecnologia & agricultura familiar**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

DA SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas - Brasil: UNICAMP, Instituto de Economia, 1998. 211.

DE CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, v. 35, p. 132, 2011.

DELGADO, G.; CARDOSO JR, J. C. Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). 2000.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. UFRGS Editora, 2012. 142.

DELGADO, N. Breves indicações acerca do contexto internacional do sistema agroalimentar 1998. In: (Ed.). **Agribusiness: projeto RS-2010**. Porto Alegre: SCP, 1998.

DO NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. 2005. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas.

FAJARDO, S. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação Das cooperativas agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 35, n. 4, p. 51-60 2008.

FAUTH, E. M. Agricultura familiar: Evolução Favorável em Anos Recentes. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 35, n. 4, p. 51-60, 2008.

FEIJÓ, R. L. C. O efeito do título de propriedade da terra na determinação da renda rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, p. 673-707, 2010.

FOCHEZATTO, A. **Por que a agropecuária continua sendo determinante do crescimento da economia gaúcha**. Porto Alegre: Carta de Conjuntura FEE. ano 17: 1 p. 2008.

FOCHEZATTO, A.; GRANDO, M. Z. Efeitos da estiagem na economia do Rio Grande do Sul: uma abordagem multissetorial. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 1, 2011.

FLIGENSPAN, F.; CHAVES, A. L. L. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística, Siegfried Emanuel Heuser, 2000.

FRITZ FILHO, L. F.; MIGUEL, L. D. A. **A importância do estado na evolução da agricultura no Planalto Médio do Rio Grande do Sul.** Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre - Brasil: EDIPUCRS 2008.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. Produtividade e Crescimento da Agricultura Brasileira. 2012. Disponível em: <
<http://argus.iica.ac.cr:19555/Documents/Produtividade%20e%20Crescimento%20da%20Agricultura%20Brasileira.doc>>. Acesso em: 02/04/2012.

GASQUES, J. G. et al. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): 39 p. 2003.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.** Editora Hucitec, 1997.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura as biotecnologias.** Campus, 1990.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia crítica da moderna agricultura.** Brasiliense, 1985.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** Paz e Terra, 1978.

HESPANHOL, A. N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial., 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 2008. São Paulo. p.370-392.

HOMEM DE MELO, F. O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 3, p. 22-30, 1990.

KAGEYAMA, A. A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: BELIK, W., et al (Ed.). **Agricultura e políticas públicas.** 127 de Série Ipea. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1990. p.565.

LAUSCHNER, R. Agribusiness cooperativa e o produtor rural. São Leopoldo: 1993. p. 296.

LUCENA, R. B.; DE SOUZA, N. D. J. O Papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. **Análise Econômica**, v. 19, n. 35, 2000.

MACKINNON, N. et al. PLURIACTIVITY, STRUCTURAL CHANGE AND FARM HOUSEHOLD VULNERABILITY IN WESTERN EUROPE*. **Sociologia Ruralis**, v. 31, n. 1, p. 58-71, 1991.

MALASSIS, L. Analyse du complexe agro-alimentaire d'après la comptabilité nationale française. **Economies et Sociétés**, v. 9, n. 3, p. 1667-87, 1969.

MARAFON, G. J. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **GEO UERJ-Revista do Departamento de Geografia da UERJ**, n. 3, 1998.

MATOS, A. K. V. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v. 10, n. 12, p. 1-17, 2011.

DE MATTOS, J.; BAGOLIN, I.P. Desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul: Já não somos o que éramos. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, 2014.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, 2007.

MENEZES, A. H.; PINHEIRO, J. C. V. O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira. 2005.

MONTOYA, M. A.; FINAMORE, E. B. **Dinâmica de Crescimento do Agronegócio Gaúcho no Período de 1998 a 2003: Renda Tributada e Emprego**. XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Economia Rural. Porto Alegre - Brasil 2009.

MONTOYA, M. A.; GUILHOTO, J. J. M. O agronegócio brasileiro entre 1959 e 1995: dimensão econômica, mudança estrutural e tendências. In: MONTOYA, M. A. e PARRÉ, J. L. (Ed.). **O agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo - Brasil: UPF Editora, 2000. p.434.

MÜLLER, G. As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico ea pesquisa em ciências sociais. **Rascunho. Araraquara**, n. 1, p. 1-53, 1989.

NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G.; MENDES, S. R. **A Apropriação do Aumento da Renda Agrícola no Brasil por Parte dos Grupos Ocupacionais Familiares nos Anos 2000, 07/2012**. 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Vitória, ES, Brasil. 1: 1-18 p. 2012.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen - Brasil, Editora da URI 2008. p. 197.

PORSSE, A. A. **Notas metodológicas sobre o dimensionamento do PIB do agronegócio do Rio Grande do Sul**. Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

RANGEL, I. **A Inflação brasileira**. . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 150.

REZENDE, G. C. D. A agricultura ea reforma do crédito rural. **Revista Brasileira de Economia**, v. 39, n. 2, p. 185-206, 1985.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, v. 16, n. 1, p. 104-129, 1995.

- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H.C e MARTINEZ VALLE, L. **La pluriactividad en el campo latinoamericano. Quito, Ed. Flacso**, p. 132-161, 2009.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Madison: Ed. Zahar, 1980. 152p.
- SOUZA, R.P.; SOUZA, M. S. O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Economia Rural. Rio Branco, Brasil. 2008.
- TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2005.
- THOMAZ JR, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M. (Ed.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. . São Paulo - Brasil: Expressão Popular, 2008. p.424.
- VALDÉS A. et al. **Evolución y distribución Del ingreso agrícola em América Latina: evidencia a partir de cuentas nacionales y encuestas de hogares**. Santiago, Chile: CEPAL/FAO 53 p. 2010.
- VEIGA, J. E. D. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos econômicos**, v. 24, p. 9-29, 1994.
- WANDERLEY, M. D. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 13-78, 1985.
- WAQUIL, P. D.; SOUZA, M. Novas dinâmicas da agricultura no Rio Grande do Sul: Respostas a um novo cenário. . In: MATTOS, E. J. e BAGOLIN, I. P. (Ed.). **Desenvolvimento Econômico no Rio Grande do Sul: Já não somos o que éramos?** . Porto Alegre - Brasil: PUCRS, v.1, 2014. p.270.

APÊNDICE A – Tabelas do estudo

Tabela 1 - Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2002 a 2009 (1.000 pessoas e famílias).

| Tipos de Famílias | | 2002 | | | 2009 | | | Variação 2009-2002 (%) | |
|--|---------------------|------------|------------|--------------|------------|------------|--------------|------------------------|--------------|
| | | Pessoas | Famílias | | Pessoas | Famílias | | | |
| | | N | N | % | N | N | % | Pessoas | Famílias |
| Empregadora com + de 2 empregados | Agrícola | 7 | 3 | 0,7 | 3 | 1 | 0,3 | - | - |
| | Plur. Tradicional | 0 | 0 | 0,0 | 0 | 0 | 0,0 | - | - |
| | Plur. Intersetorial | 3 | 2 | 0,6 | 4 | 4 | 0,9 | - | - |
| | Total | 10 | 5 | 1,3 | 7 | 5 | 1,2 | - | - |
| Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 11 | 4 | 1,0 | 42 | 20 | 5,2 | 277,2 | 397,3 |
| | Plur. Tradicional | 1 | 1 | 0,1 | 5 | 2 | 0,5 | - | - |
| | Plur. Intersetorial | 7 | 4 | 1,0 | 10 | 6 | 1,5 | 36,6 | 46,3 |
| | Total | 19 | 9 | 2,1 | 56 | 28 | 7,2 | 194,8 | 220,8 |
| Conta-própria | Agrícola | 639 | 240 | 58,2 | 436 | 198 | 51,3 | -31,9 | -17,6 |
| | Plur. Tradicional | 38 | 14 | 3,5 | 31 | 11 | 2,9 | -16,5 | -22,2 |
| | Plur. Intersetorial | 126 | 63 | 15,3 | 109 | 62 | 16,0 | -13,6 | -2,3 |
| | Total | 803 | 318 | 77,1 | 576 | 271 | 70,3 | -28,3 | -14,8 |
| Assalariados | Agrícola | 123 | 63 | 15,3 | 103 | 56 | 14,5 | -16,8 | -11,7 |
| | Plur. Intersetorial | 28 | 17 | 4,2 | 30 | 26 | 6,8 | 6,6 | 50,2 |
| | Total | 152 | 81 | 19,6 | 133 | 82 | 21,3 | -12,5 | 1,7 |
| Total | Agrícola | 781 | 310 | 75,2 | 583 | 275 | 71,3 | -25,4 | -11,4 |
| | Plur. Tradicional | 39 | 15 | 3,7 | 37 | 13 | 3,4 | -5,2 | -13,3 |
| | Plur. Intersetorial | 165 | 87 | 21,1 | 153 | 97 | 25,3 | -7,0 | 12,0 |
| | Total | 984 | 412 | 100,0 | 773 | 385 | 100,0 | -21,5 | -6,5 |

FONTE: Microdados das PNADs/IBGE.

Tabela 2 - Evolução dos tipos de famílias extensas, segundo o local de domicílio (Rural Agropecuário) no Estado do Rio Grande do Sul no período 2002 a 2009.

| LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | tx cresc. (% aa.) | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------------------------|-----|
| | | | | | | | | | 2002/2009 ^a | |
| NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO | | | | | | | | | | |
| Agricultura Familiar A | 9 | 13 | 20 | 19 | 17 | 17 | 19 | 28 | 11,8 | *** |
| Agrícola | 4 | 8 | 12 | 10 | 11 | 9 | 10 | 20 | 15,4 | *** |
| Pluriativo | 5 | 5 | 8 | 9 | 6 | 8 | 8 | 8 | 6,5 | ** |
| <i>Agrícola+Agrícola</i> | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | - | - |
| <i>Agrícola+não-agrícola</i> | 4 | 5 | 6 | 6 | 5 | 7 | 7 | 5 | 5,4 | ** |
| <i>Agrícola+Trab. Dom..</i> | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | - | - |
| <i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - |
| Agricultura Familiar B | 318 | 324 | 324 | 309 | 303 | 298 | 284 | 271 | -2,4 | *** |
| Agrícola | 240 | 248 | 238 | 226 | 218 | 200 | 214 | 198 | -3,1 | *** |
| Pluriativo | 78 | 75 | 86 | 83 | 85 | 98 | 71 | 73 | -0,4 | |
| <i>Agrícola+Agrícola</i> | 14 | 13 | 12 | 11 | 11 | 23 | 13 | 11 | 0,2 | |
| <i>Agrícola+não-agrícola</i> | 57 | 56 | 69 | 67 | 69 | 68 | 54 | 59 | 0,2 | |
| <i>Agrícola+Trab. Dom..</i> | 6 | 5 | 5 | 3 | 5 | 6 | 2 | 2 | - | - |
| <i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i> | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - |
| Agricultura Familiar Total | 326 | 336 | 344 | 328 | 320 | 315 | 303 | 299 | -1,7 | *** |
| Agrícola | 244 | 256 | 250 | 236 | 229 | 210 | 224 | 218 | -2,4 | *** |
| Pluriativo | 82 | 80 | 94 | 92 | 91 | 105 | 79 | 81 | 0,1 | |
| <i>Agrícola+Agrícola</i> | 15 | 14 | 13 | 13 | 12 | 23 | 14 | 13 | 0,8 | |
| <i>Agrícola+não-agrícola</i> | 61 | 61 | 75 | 74 | 74 | 75 | 62 | 65 | 0,6 | |
| <i>Agrícola+Trab. Dom..</i> | 6 | 5 | 5 | 3 | 5 | 6 | 2 | 2 | - | - |
| <i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i> | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - |

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do IE/UFU.

Nota 1: Agricultura Familiar A: Famílias de empregadores com até dois empregados.

Agricultura Familiar B: Famílias de conta-próprias.

Nota 2: exclusive os tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 3 - Rendimentos médios do trabalho e rendas médias familiares oriundas de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009.(Em R\$ de set./2009).

| Tipo de Família | | 2002 | | | 2009 | | | Variação Renda Fam. 2009-2002 (%) |
|---|---------------|-------------------|------------------|-----------------|-------------------|------------------|-----------------|-----------------------------------|
| | | Renda Média Trab. | Renda Média Fam. | (%) Renda Total | Renda Média Trab. | Renda Média Fam. | (%) Renda Total | |
| Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | 2.507,6 | 6.018,5 | 5,5 | 2.065,2 | 5.163,8 | 1,3 | - |
| | Plur. Trad. | - | - | 0,0 | - | - | 0,0 | - |
| | Plur. Inters. | 434,1 | 542,6 | 0,4 | 2.556,3 | 2.982,0 | 2,3 | - |
| | Total | 1.897,6 | 3.584,3 | 5,9 | 2.351,6 | 3.527,5 | 3,6 | - |
| Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 457,5 | 1.241,8 | 1,6 | 1.092,6 | 2.249,5 | 9,8 | 81,1 |
| | Plur. Trad. | 1.380,2 | 2.760,3 | 0,5 | 927,8 | 2.783,3 | 1,1 | - |
| | Plur. Inters. | 2.684,6 | 4.602,1 | 5,9 | 882,2 | 1.411,5 | 1,8 | -69,3 |
| | Total | 1.323,4 | 2.911,4 | 8,0 | 1.041,5 | 2.105,2 | 12,7 | -27,7 |
| Conta-própria | Agrícola | 257,3 | 685,5 | 52,1 | 551,8 | 1.216,3 | 52,1 | 77,4 |
| | Plur. Trad. | 302,8 | 787,3 | 3,6 | 812,6 | 2.266,9 | 5,5 | 187,9 |
| | Plur. Inters. | 380,3 | 760,6 | 15,2 | 564,1 | 998,0 | 13,4 | 31,2 |
| | Total | 278,8 | 705,1 | 71,0 | 568,4 | 1.210,3 | 71,0 | 71,7 |
| Assalariados | Agrícola | 312,9 | 611,5 | 12,2 | 381,2 | 701,4 | 8,5 | 14,7 |
| | Plur. Inters. | 315,1 | 514,8 | 2,8 | 631,6 | 732,1 | 4,1 | 42,2 |
| | Total | 313,3 | 590,6 | 15,1 | 438,2 | 711,2 | 12,6 | 20,4 |
| Total | Agrícola | 289,0 | 727,5 | 71,5 | 568,0 | 1.204,7 | 71,8 | 65,6 |
| | Plur. Trad. | 334,9 | 863,1 | 4,1 | 829,4 | 2.337,4 | 6,6 | 170,8 |
| | Plur. Inters. | 467,4 | 884,9 | 24,4 | 651,2 | 1.024,5 | 21,6 | 15,8 |
| | Total | 320,6 | 765,7 | 100,0 | 596,9 | 1.197,6 | 100,0 | 56,4 |

Fonte Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 4 - Composição das Rendas Médias das famílias Extensas: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009 (R\$ set. 2009).

| LOCAL DOMICÍLIO / TIPOS DE FAMÍLIAS | AGRÍCOLA (%) | | NÃO-AGRIC. (%) | | APOS/PENS % | | OUT_FONT % | | 2002 |
|-------------------------------------|--------------|------|----------------|-------|-------------|------|------------|------|----------|
| | 2009 | 2002 | 2009 | 2002 | 2009 | 2002 | 2009 | 2002 | R\$ |
| RURAL AGROPECUÁRIO | 48,5 | 49,9 | 26,5 | 24,2 | 21,0 | 20,4 | 4,0 | 5,5 | 1.173,20 |
| Empreg.com mais de 2 empr | 26,5 | 43,5 | 67,2 | 44,3 | 6,0 | 8,1 | 0,3 | 4,1 | 4.118,31 |
| Agrícola | 91,7 | 94,1 | 0,0 | 0,0 | 8,3 | 5,9 | 0,0 | 0,0 | 6.398,43 |
| Pluriativo | 41,1 | 15,5 | 50,1 | 68,9 | 8,2 | 10,4 | 0,7 | 5,1 | 3.491,44 |
| <i>Agrícola+não-agrícola</i> | 41,1 | 15,5 | 50,1 | 68,9 | 8,2 | 10,4 | 0,7 | 5,1 | 3.491,44 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 96,4 | 82,4 | 3,6 | 9,3 | 0,0 | 8,2 | 3.130,25 |
| <i>Não-agrícola</i> | 0,0 | 0,0 | 96,2 | 82,4 | 3,8 | 9,3 | 0,0 | 8,2 | 3.130,25 |
| Empregadora com até 2empr | 58,7 | 67,7 | 17,9 | 21,9 | 17,6 | 3,4 | 5,9 | 7,0 | 3.796,11 |
| Agrícola | 71,7 | 59,7 | 0,0 | 0,0 | 23,4 | 10,8 | 4,9 | 29,5 | 2.081,46 |
| Pluriativo | 52,1 | 82,5 | 35,7 | 15,5 | 11,0 | 1,5 | 1,2 | 0,5 | 5.298,42 |
| <i>Agrícola+Agrícola</i> | 77,7 | 98,0 | 0,0 | 0,0 | 22,3 | 0,0 | 0,0 | 2,0 | 2.815,55 |
| <i>Agrícola+não-agrícola</i> | 42,2 | 81,4 | 48,7 | 16,6 | 7,5 | 1,6 | 1,7 | 0,4 | 5.652,59 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 78,0 | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 22,0 | 0,0 | 3.787,79 |
| <i>Não-agrícola</i> | 0,0 | 0,0 | 78,0 | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 22,0 | 0,0 | 3.787,79 |
| Conta-Própria | 63,0 | 58,4 | 15,3 | 17,2 | 18,7 | 20,5 | 3,0 | 3,9 | 1.132,65 |
| Agrícola | 74,6 | 70,4 | 0,0 | 0,0 | 21,6 | 25,0 | 3,8 | 4,6 | 980,64 |
| Pluriativo | 52,9 | 50,1 | 31,7 | 33,5 | 14,1 | 14,2 | 1,2 | 2,1 | 1.549,86 |
| <i>Agrícola+Agrícola</i> | 87,3 | 82,1 | 0,0 | 0,0 | 11,7 | 16,6 | 1,0 | 1,3 | 958,84 |
| <i>Agrícola+não-agrícola</i> | 45,7 | 44,4 | 38,6 | 38,9 | 14,6 | 14,4 | 1,2 | 2,3 | 1.705,83 |
| <i>Agrícola+Trab. Dom..</i> | 51,1 | 63,5 | 27,6 | 24,5 | 14,0 | 10,7 | 7,3 | 1,2 | 1.472,57 |
| <i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i> | 12,8 | 37,2 | 60,0 | 59,5 | 25,4 | 0,0 | 1,8 | 3,3 | 2.121,52 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 83,0 | 84,0 | 12,8 | 10,5 | 4,2 | 5,5 | 1.313,60 |
| <i>Não-agrícola</i> | 0,0 | 0,0 | 81,1 | 82,8 | 15,6 | 11,4 | 3,3 | 5,9 | 1.312,14 |
| <i>Não-agrícola+Trab.Dom</i> | 0,0 | 0,0 | 89,4 | 99,8 | 3,8 | 0,0 | 6,8 | 0,2 | 1.332,09 |
| Assalariados | 27,9 | 36,7 | 53,3 | 46,3 | 14,1 | 10,1 | 4,7 | 7,0 | 1.026,06 |
| Agrícola | 76,9 | 76,6 | 0,0 | 0,0 | 15,1 | 10,2 | 7,9 | 13,2 | 812,82 |
| Pluriativo | 36,1 | 46,1 | 50,0 | 46,3 | 11,5 | 7,0 | 2,4 | 0,7 | 1.156,06 |
| <i>Agrícola+não-agrícola</i> | 24,4 | 38,0 | 57,3 | 52,7 | 15,7 | 8,7 | 2,6 | 0,5 | 1.286,84 |
| <i>Agrícola+Trab. Dom..</i> | 65,3 | 68,9 | 30,4 | 29,9 | 1,8 | 0,0 | 2,5 | 1,2 | 905,36 |
| <i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i> | 23,6 | 30,1 | 63,0 | 45,8 | 13,4 | 24,1 | 0,0 | 0,0 | 1.309,19 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 80,8 | 85,2 | 14,8 | 11,0 | 4,3 | 3,8 | 1.258,34 |
| <i>Não-agrícola</i> | 0,0 | 0,0 | 82,0 | 85,6 | 14,6 | 11,3 | 3,5 | 3,1 | 1.309,87 |
| <i>Não-agrícola+Trab.Dom</i> | 0,0 | 0,0 | 70,5 | 82,5 | 17,3 | 8,2 | 12,3 | 9,3 | 957,84 |
| Não-ocupado na semana | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 88,3 | 83,3 | 11,7 | 16,7 | 723,12 |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 5 - Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009.

| TIPOS DE FAMÍLIAS | | Efeito Participação | Efeito Renda | Efeito Composto | Varição Total 2002-2009 |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------|-----------------|-------------------------|
| | Agrícola | - | - | - | - |
| Empregadora com mais de 2 empregados | Plur. Tradicional | - | - | - | - |
| | Plur. Intersetorial | - | - | - | - |
| | Total | - | - | - | - |
| | Agrícola | 6,9 | 0,3 | 1,1 | 8,2 |
| Empregadora com até 2 empregados | Plur. Tradicional | - | - | - | - |
| | Plur. Intersetorial | 3,3 | -4,8 | -2,7 | -4,1 |
| | Total | 19,5 | -4,3 | -10,5 | 4,7 |
| | Agrícola | -6,2 | 7,0 | -0,8 | 0,0 |
| Conta-própria | Plur. Tradicional | -0,6 | 3,0 | -0,5 | 1,9 |
| | Plur. Intersetorial | 0,7 | -2,5 | -0,1 | -1,9 |
| | Total | -6,3 | 6,9 | -0,6 | 0,0 |
| | Agrícola | -0,7 | -3,3 | 0,2 | -3,8 |
| Assalariados | Plur. Intersetorial | 1,7 | -0,3 | -0,2 | 1,3 |
| | Total | 1,3 | -3,5 | -0,3 | -2,5 |
| | Agrícola | -3,7 | 4,2 | -0,2 | 0,3 |
| Total | Plur. Tradicional | -0,3 | 3,0 | -0,2 | 2,5 |
| | Plur. Intersetorial | 4,8 | -6,3 | -1,3 | -2,8 |
| | Total | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 6 - Média de anos de estudos das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009.

| TIPOS DE FAMÍLIAS | | MÉDIAS DE ANOS DE ESTUDOS | | |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|------|------|
| | | 2002 | 2005 | 2009 |
| Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | 8,0 | 13,3 | 9,3 |
| | Pluriativa Tradicional | 10,0 | - | - |
| | Pluriativa Intersectorial | 9,2 | 8,5 | 9,3 |
| | Total | 8,8 | 9,5 | 9,3 |
| Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 7,6 | 5,8 | 6,4 |
| | Pluriativa Tradicional | 4,5 | 4,6 | 6,0 |
| | Pluriativa Intersectorial | 8,2 | 7,6 | 8,1 |
| | Total | 7,9 | 6,6 | 6,9 |
| Conta-própria | Agrícola | 4,3 | 4,5 | 5,2 |
| | Pluriativa Tradicional | 4,0 | 4,3 | 5,1 |
| | Pluriativa Intersectorial | 5,5 | 5,3 | 5,9 |
| | Total | 4,6 | 4,7 | 5,4 |
| Assalariados | Agrícola | 3,9 | 4,4 | 4,8 |
| | Pluriativa Intersectorial | 4,9 | 4,7 | 5,1 |
| | Total | 4,2 | 4,5 | 4,9 |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 7 - Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos de famílias: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009.

| TIPO DE FAMÍLIA | | | 2002 | | | | 2009 | | | | Variação (%) 2009-2002 | |
|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|-------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|---------------------------|--------------|
| | | | Pessoas | | Famílias | | Pessoas | | Famílias | | Pessoas | Famílias |
| | | | N | % | N | % | N | % | N | % | | |
| Famílias de não-proprietários | Conta-própria | Agrícola | 112 | 11,1 | 44 | 10,2 | 79 | 9,8 | 36 | 9,0 | -29,7 | -16,9 |
| | | Pluriativa Tradicional | 11 | 1,1 | 5 | 1,3 | 4 | 0,6 | 2 | 0,6 | -58,8 | -58,8 |
| | | PluriativaIntersetorial | 17 | 1,6 | 14 | 3,3 | 21 | 2,6 | 15 | 3,8 | 26,2 | 9,0 |
| | | Total | 139 | 13,8 | 63 | 14,8 | 104 | 13,0 | 54 | 13,4 | -25,4 | -14,7 |
| Famílias de proprietários | Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | 7 | 0,7 | 3 | 0,7 | 3 | 0,4 | 1 | 0,3 | -57,3 | -59,1 |
| | | PluriativaIntersetorial | 3 | 0,3 | 2 | 0,5 | 4 | 0,5 | 3 | 0,8 | 51,1 | 37,7 |
| | | Total | 10 | 1,0 | 5 | 1,2 | 7 | 0,9 | 4 | 1,1 | -25,5 | -16,0 |
| Famílias de proprietários | Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 12 | 1,2 | 4 | 1,0 | 37 | 4,6 | 18 | 4,6 | 215,9 | 333,5 |
| | | Pluriativa Tradicional | 1 | 0,1 | 1 | 0,1 | 5 | 0,7 | 2 | 0,4 | 361,7 | 207,8 |
| | | PluriativaIntersetorial | 7 | 0,7 | 4 | 1,0 | 8 | 1,0 | 5 | 1,2 | 16,1 | 11,4 |
| | | Total | 20 | 2,0 | 9 | 2,1 | 50 | 6,3 | 25 | 6,2 | 152,6 | 174,7 |
| Famílias de proprietários | Conta-própria | Agrícola | 538 | 53,2 | 203 | 47,3 | 371 | 46,2 | 169 | 41,9 | -31,0 | -16,6 |
| | | Pluriativa Tradicional | 27 | 2,7 | 9 | 2,2 | 28 | 3,5 | 9 | 2,4 | 2,4 | 2,4 |
| | | PluriativaIntersetorial | 114 | 11,3 | 52 | 12,3 | 93 | 11,6 | 49 | 12,1 | -18,3 | -7,1 |
| | | Total | 679 | 67,2 | 264 | 61,7 | 492 | 61,3 | 227 | 56,4 | -27,5 | -14,1 |
| Famílias de proprietários | Assalariados | Agrícola | 133 | 13,2 | 69 | 16,0 | 109 | 13,6 | 60 | 14,8 | -17,9 | -13,0 |
| | | PluriativaIntersetorial | 29 | 2,9 | 18 | 4,2 | 33 | 4,1 | 28 | 7,0 | 12,1 | 56,4 |
| | | Total | 163 | 16,1 | 87 | 20,2 | 142 | 17,7 | 88 | 21,8 | -12,5 | 1,4 |
| Famílias de proprietários | TOTAL | Agrícola | 802 | 79,3 | 322 | 75,1 | 605 | 75,3 | 287 | 71,2 | -24,6 | -10,9 |
| | | Pluriativa Tradicional | 39 | 3,9 | 15 | 3,6 | 38 | 4,7 | 14 | 3,4 | -3,9 | -11,5 |
| | | PluriativaIntersetorial | 170 | 16,8 | 91 | 21,3 | 161 | 20,0 | 102 | 25,4 | -5,4 | 12,1 |
| | | Total | 1011 | 100,0 | 428 | 100,0 | 804 | 100,0 | 403 | 100,0 | -20,5 | -6,0 |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 8 - Rendimento médio familiar e rendimento médio do trabalho das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos de famílias: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009. (Em R\$ de set./2009).

| TIPOS DE FAMÍLIAS | | 2002 | | | 2009 | | | Varição (%) 2009-2002 | |
|----------------------------------|--|----------------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------|--------------------------|-------|
| | | Renda Média Familiar | Renda Média do Trabalho | % Renda Total | Renda Média Familiar | Renda Média do Trabalho | % Renda Total | Renda Média Familiar | |
| Famílias de não proprietários | Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | - | - | 0,0 | 1525,2 | 610,1 | 0,8 | - |
| | | Pluriativa Inter | - | - | 0,0 | 561,5 | 668,8 | 0,2 | - |
| | | Total | - | - | 0,0 | 1165,2 | 619,9 | 0,9 | - |
| | Conta-própria | Agrícola | 475,2 | 184,8 | 6,4 | 949,7 | 436,9 | 7,2 | 99,8 |
| | | Pluriativa Trad | 664,4 | 332,3 | 1,1 | 2224,5 | 1112,2 | 1,0 | 234,8 |
| | | Pluriativa Inter | 436,8 | 375,5 | 1,9 | 752,8 | 558,6 | 2,4 | 72,3 |
| Total | 482,8 | 218,8 | 9,4 | 946,0 | 490,2 | 10,7 | 95,9 | | |
| Famílias de proprietários | Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | 6.018,5 | 2507,6 | 5,4 | 5.163,8 | 2.065,2 | 1,3 | -14,2 |
| | | Pluriativa Inter | 542,6 | 434,1 | 0,4 | 3.337,6 | 2.434,1 | 2,2 | 515,1 |
| | | Total | 3.584,3 | 1897,6 | 5,8 | 3.832,3 | 2.285,1 | 3,5 | 6,9 |
| | Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 1.296,4 | 475,2 | 1,7 | 2.334,5 | 1.174,4 | 9,1 | 80,1 |
| | | Pluriativa Trad | 2.760,3 | 1380,2 | 0,5 | 2.783,3 | 927,8 | 1,0 | 0,8 |
| | | Pluriativa Inter | 4.440,7 | 2643,7 | 5,9 | 1.606,3 | 917,9 | 1,6 | -63,8 |
| | Total | 2.861,7 | 1306,2 | 8,1 | 2.228,2 | 1.105,9 | 11,7 | -22,1 | |
| | Conta-própria | Agrícola | 721,2 | 271,4 | 45,2 | 1.258,9 | 572,5 | 44,7 | 74,6 |
| | | Pluriativa Trad | 863,3 | 293,9 | 2,5 | 2.237,8 | 761,8 | 4,5 | 159,2 |
| | | Pluriativa Inter | 831,7 | 383,1 | 13,5 | 1.053,4 | 551,5 | 10,8 | 26,6 |
| | | Total | 748,1 | 291,1 | 61,1 | 1.255,7 | 579,2 | 59,9 | 67,9 |
| | Assalariados | Agrícola | 603,3 | 310,1 | 12,8 | 703,6 | 383,3 | 8,8 | 16,6 |
| Pluriativa Inter | | 506,1 | 311,8 | 2,8 | 734,7 | 631,4 | 4,3 | 45,2 | |
| Total | | 583,1 | 310,4 | 15,6 | 713,6 | 440,5 | 13,2 | 22,4 | |
| TOTAL | Agrícola | 718,1 | 288,1 | 71,4 | 1.192,0 | 564,9 | 71,8 | 66,0 | |
| | Pluriativa Trad | 864,6 | 336,5 | 4,1 | 2.307,5 | 826,8 | 6,6 | 166,9 | |
| | Pluriativa Inter | 867,3 | 466,3 | 24,5 | 1.004,3 | 639,9 | 21,6 | 15,8 | |
| | Total | 755,1 | 319,9 | 100,0 | 1.181,8 | 592,1 | 100,0 | 56,5 | |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Tabela 9 - Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo a propriedade do estabelecimento e os tipos familiares: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009.

| TIPO DE FAMÍLIA | | Efeito Participação | Efeito Renda | Efeito Composto | Varição Total (2002/2009) | |
|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|--------------|-----------------|---------------------------|------|
| Famílias de não proprietários | Agrícola | -0,7 | 1,8 | -0,2 | 0,8 | |
| | Conta-própria | Pluriativa Tradicional | -0,5 | 0,9 | -0,4 | -0,1 |
| | | PluriativaIntersetorial | 1,1 | -0,4 | -0,2 | 0,5 |
| | | Total | -0,6 | 2,0 | -0,1 | 1,3 |
| Famílias de proprietários | Empregadora com mais de 2 empregados | Agrícola | -2,5 | -3,0 | 1,4 | -4,1 |
| | | PluriativaIntersetorial | 0,4 | 0,8 | 0,7 | 1,9 |
| | | Total | -0,4 | -2,0 | 0,1 | -2,3 |
| | Empregadora com até 2 empregados | Agrícola | 5,1 | 0,6 | 1,7 | 7,4 |
| | | Pluriativa Tradicional | 2,4 | -0,3 | -1,5 | 0,5 |
| | | PluriativaIntersetorial | 2,7 | -4,8 | -2,2 | -4,3 |
| | | Total | 17,6 | -4,4 | -9,5 | 3,7 |
| | Conta-própria | Agrícola | -5,9 | 6,3 | -0,8 | -0,5 |
| | | Pluriativa Tradicional | 0,7 | 1,0 | 0,3 | 2,0 |
| | | PluriativaIntersetorial | 0,4 | -3,0 | -0,1 | -2,7 |
| | | Total | -5,4 | 4,6 | -0,4 | -1,2 |
| | Assalariados | Agrícola | 0,4 | -4,2 | -0,1 | -4,0 |
| PluriativaIntersetorial | | 1,2 | 0,3 | 0,1 | 1,5 | |
| Total | | 1,6 | -3,6 | -0,4 | -2,4 | |
| TOTAL | Agrícola | -3,6 | 4,2 | -0,2 | 0,4 | |
| | Pluriativa Tradicional | 0,9 | 1,3 | 0,3 | 2,5 | |
| | PluriativaIntersetorial | 4,7 | -6,3 | -1,2 | -2,9 | |

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.